



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

448

(Falta de) dinheiro na historiografia brasileira

Fernando Nogueira da Costa

Maio 2023



ie Instituto de
economia

(Falta de) dinheiro na historiografia brasileira

Fernando Nogueira da Costa ¹

Resumo

É possível entender o Brasil sem a atividade econômico-financeira? É possível os duzentos livros escolhidos para essa tarefa terem sido omissos em relação às condições econômico-financeiras para a mobilidade social dos brasileiros? É possível criar uma Nação sem dinheiro sob a forma de uma moeda nacional? A metodologia empregada para a resposta será pesquisar nas obras clássicas da historiografia econômica brasileira as palavras-chave: *dinheiro – moeda/ouro – bancos – crédito*. O principal resultado alcançado foi ter havido um atraso histórico da Nação brasileira por ela ser mercantilista, mas desmonetizada e, portanto, personalista. A condenação cristã da usura e a pregação dessa fé pela Coroa portuguesa foram, em termos de ideologia, responsáveis pela ausência de crédito e surgimento tardio de bancos nacionais e, depois, do Banco Central do Brasil.

Palavras-chave: Riqueza, Patrimonialismo, Dinheiro, Moeda, Bancos.

Abstract

(Lack of) money in Brazilian historiography

Is it possible to understand Brazil without the economic-financial activity? Is it possible that the two hundred books chosen for this task were silent in relation to the economic and financial conditions for the social mobility of Brazilians? Is it possible to create a Nation without money in the form of a national currency? The methodology used for the answer will be to search in the classic works of Brazilian economic historiography the keywords: *money – coin/gold – banks – credit*. The main result achieved was that there was a historical backwardness of the Brazilian Nation because it was mercantilist, but demonetized and, therefore, personalist. The Christian condemnation of usury and the preaching of this faith by the Portuguese Crown were, in terms of ideology, responsible for the lack of credit and the late appearance of national banks and, later, of the Central Bank of Brazil.

Keywords: Wealth, Patrimonialism, Money, Currency, Banks.

JEL Classification: N, N01, N2.

Sumário

Introdução.....	2
Carta do Pero Vaz de Caminha.....	3
História do Brasil: 1500-1627 por Frei Vicente do Salvador	5
Os Judeus Construtores do Brasil	8
O Brasil Holandês (1630-1654) por Evaldo Cabral de Mello	11
Cultura e Opulência do Brasil por André João Antonil	13
Capítulos de História Colonial (1500-1800) por Capistrano de Abreu	17
Casa Grande & Senzala por Gilberto Freyre	20
Raízes do Brasil por Sérgio Buarque de Holanda.....	26
Formação do Brasil Contemporâneo por Caio Prado Júnior	33
Formação Econômica do Brasil por Celso Furtado	37
Considerações finais.....	41
Referências Bibliográficas.....	47

(1) Professor-Titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (IE/Unicamp). <http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/http://lattes.cnpq.br/6773853439066878>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3609-5799>. E-mail: fercos@eco.unicamp.br.

Introdução

Quando dei o acabamento final no meu livro “Finanças”, por acaso, eu me deparei com a pergunta: *quais são os 200 livros mais importantes para entender o Brasil?* Para buscar uma resposta a essa pergunta, motivada pelo bicentenário da Independência do país, surgiu o projeto *200 anos, 200 livros*.

A Associação Portugal Brasil 200 anos, a Folha de S.Paulo e o Projeto República (núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) concluíram uma lista de 200 obras, divulgada em: <https://arte.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/04/200-livros-importantes-para-entender-o-brasil/>

A relação de obras se baseia em sugestões enviadas por historiadores, sociólogos, antropólogos, romancistas, economistas, juristas, entre outros profissionais — a grande maioria do Brasil, mas também alguns representantes de Portugal, Angola e Moçambique. Ao examinar a lista de 200 importantes livros para entender o Brasil, com as obras indicadas por 169 intelectuais da língua portuguesa, eu me surpreendi com a classificação por gêneros no caso da Economia.

Somente quatro livros foram incluídos neste gênero:

- ✓ *23º Formação Econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado com cinco indicações (Luiz Davidovich, Marcos Nobre, Maria Hermínia Tavares, Michael França e Sérgio Abranches, ou seja, nenhum economista);
- ✓ *50º Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (1837) de André João Antonil com duas indicações (do economista Delfim Netto e da historiadora Lúcia Guimarães);
- ✓ *95º História do Brasil com Empreendedores* (2009) de Jorge Caldeira com uma indicação (de Luís Augusto Fischer, professor de literatura brasileira da UFRGS);
- ✓ *95º Por que o Brasil Cresce Pouco* (2014) de Marcos Mendes com uma indicação (do economista Armínio Fraga).

De imediato, vieram à minha mente as seguintes questões.

1. É possível entender o Brasil sem a atividade econômico-financeira?
2. É possível os duzentos livros escolhidos terem sido omissos em relação à riqueza brasileira ou às condições econômico-financeiras dos brasileiros?
3. Sem dinheiro, sob a forma de uma moeda nacional, é possível criar uma Nação?!

No citado livro “Finanças”, recém finalizado, eu tinha registrado: a descoberta de grande riqueza nas Américas teve um impacto muito mais imediato na vida das pessoas comuns, na Europa, em vez do provocado pela *revolução bancária*. Esta aumentou a quantidade de dinheiro em circulação e incorporou os comerciantes de toda a Europa Ocidental em um único sistema comercial e financeiro, mas *o aumento das moedas de prata em circulação incorporou as classes menos favorecidas ao sistema*.

Segundo Weatherford (1999), com a monetização metálica europeia, “os ofícios tradicionalmente dependentes do dinheiro – soldado, pintor, músico e preceptor – concentravam-se ainda mais no pagamento do serviço e menos na prática de trocá-lo por outros serviços, como pensão completa ou rações de pão, bebida ou sal. Mesmo prostitutas e hospedeiros ficaram cada vez mais

relutantes em aceitar produtos e mercadorias como pagamento. Todos queriam moedas de ouro ou pelo menos prata.”

E aqui, nos Tristes Trópicos, quais foram os meios de pagamento usados ao longo do tempo? Passou ao largo do interesse dos historiadores brasileiros a evolução da riqueza sob forma monetária?

Em uma colônia de nativos e negros escravizados, fazendo o trabalho duro de criação de valor para a exportação em benefício do reino de Portugal, não existia dinheiro ou possibilidade de acumulação de riqueza líquida? Em caso negativo, quais foram os substitutos do dinheiro levantados pela historiografia brasileira?

Essas questões já me deram uma motivação para eu executar meu plano de (re)leitura de suas obras clássicas. Desta feita, para ser um trabalho benfeito com foco, resolvi pesquisar se encontrava nelas as palavras-chave: *dinheiro – moeda – bancos – crédito*.

Encontraria eu, nas páginas da historiografia brasileira, apenas o encantamento dos colonizadores, sob o viés mercantilista, por *ouro* ou *prata*? E depois, com a hegemonia do liberalismo, o atraso na extinção da escravidão teria levado à demanda tardia por *crédito* para capital de giro dos empregadores de trabalhadores assalariados? Como estes poderiam se emancipar sem recebimento e acumulação de dinheiro?

Por fim, teria havido um atraso histórico da Nação brasileira por ela ser mercantilista, mas desmonetizada? Teria sido a condenação cristã da *usura* a responsável pela ausência de crédito e o nascimento tardio de bancos nacionais e do Banco Central do Brasil?

Depois de publicar o livro “Brasil dos Bancos”, há mais de uma década (em 2012), todas essas questões me motivaram a voltar ao tema e enfrentar essa nova empreitada... de graça! Mas com a recompensa do prazer da leitura e descoberta da cultura brasileira.

Carta do Pero Vaz de Caminha

A Carta ao Rei Dom Manuel I, enviada por Pero Vaz de Caminha, foi escrita no dia 1º de maio de 1500. No “país da piada pronta”, é imperdível destacar o curioso anacronismo: há 523 anos, inventaram o Brasil (“*Terra Papagalli*”) antes de inventar o trabalho... assalariado.

Fui pesquisar na Carta se há a expressão “dinheiro”. Nenhuma vez... só “ouro e prata”. Sem moeda nacional, como criar uma Nação?!

A narrativa em português arcaico é saborosa. “foram 21 dias de abril, (...), segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra (...). E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves (...) ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz.”

O principal destaque de Caminha, permeando toda sua carta, é “já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma a lhes cobrir *suas vergonhas*.”

Duas páginas adiante, insiste na descrição: “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar *suas vergonhas*; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.”

Descreve a visita dos nativos à nau: “um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, *como que nos dizendo que ali havia ouro*. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal *como se lá também houvesse prata*.” Inaugura a história “como se” ou “*as if*”...

“Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, *como dizendo que dariam ouro por aquilo*.”

Passam-se páginas descritivas, destaca mais uma vez “suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha.” A partir do olhar da praia, presume os nativos “não têm casas nem moradas”. Um degredado foi obrigado a acompanhar os nativos e disse: “não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de tetos muito grandes, como de Entre Douro e Minho.”

Caminha avalia e sugere: “se os degredados, que aqui hão de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, *se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé*, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar.”

Coloca a cristianização acima da busca de ouro. “Portanto, Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim. *Eles não lavram, nem criam*. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam.”

Narra a boa fé ou ingenuidade dos nativos a serem conquistados – e exterminados nos séculos vindouros. “Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que *são muito mais nossos amigos que nós seus*.”

Já caminhando para concluir a missiva, avalia “segundo que a mim e a todos pareceu, *esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos*, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde *nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm*. (...) Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto à *vergonha*. Ora, veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence à sua salvação.”

Finalmente, na última página, conclui. “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, *não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro*; nem lho vimos. (...) E em tal maneira é graciosa que, *querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem*. Porém, *o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente*.”

Não se salvaram nem o ouro, explorado dois séculos depois, nem “esta gente”, sob o genocídio das *armas, germes e aço* dos “salvadores”. Na verdade, tampouco foram “descobridores”, mas sim “conquistadores” e “exploradores” até quando (e quanto) puderam...

Evitamos nesta leitura *o anacronismo*. Mas seria um erro cronológico, buscar a fonte de financiamento dessas grandes navegações em “naus sem rumo”?

O *anacronismo* é caracterizado pelo desalinhamento e falta de correspondência entre as particularidades das diferentes épocas, quando fatores próprios de cada tempo são, erroneamente, misturados em uma mesma narrativa. Entretanto, no século XV, já tinham surgido os bancos nas Cidades-Estados italianas... e dinheiro existia há milênios, inclusive na Europa, como o *Florim*, uma moeda de ouro utilizada principalmente na Itália, mas também em outras regiões da Europa.

O *Ducado*, outra moeda de ouro, era usado nos países da Europa Central e Oriental. O *Real*, uma moeda de prata, foi adotado na Espanha e em suas colônias, incluindo as Américas. O *Grosso*, outra moeda de prata, foi instrumento de negócios na França.

O financiamento das grandes navegações no século XV foi uma combinação de investimentos de nobres, da Igreja Católica, dos reinos europeus e dos comerciantes. Todos tinham o objetivo de obter riquezas através da exploração de novas terras e rotas comerciais.

A descoberta de novas rotas exploratórias poderia trazer riqueza, preferencialmente em ouro e prata, e conseqüente poder para as Nações mercantilistas. A Igreja Católica também apoiou as grandes navegações, pois acreditava a expansão do cristianismo com “conquistas de almas” ser um investimento com retorno pecuniário.

Não se deve fazer “previsão do passado”, mas a partir da linha de chegada pode se ver, nessa linha de partida, os germes de problemas sociais futuros. Caminha anuncia a clara intenção de explorar a ingenuidade dos nativos da *Terrae Brasilis*, tomando-lhes ouro e dando-lhes em troca “fé” em lugar de dinheiro.

História do Brasil: 1500-1627 por Frei Vicente do Salvador

O “sonho sonhado” pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira (BBB), foi formulado em 1962, quando ele se tornou o primeiro reitor da Universidade de Brasília (UnB). Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Segundo Paulo de F. Ribeiro, Presidente da Fundação Darcy Ribeiro, tratou-se de um valioso trabalho de pesquisa. O desejo do Darcy Ribeiro era de nos reconhecermos como “a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça se revelaria ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade”.

Nesse *mito fundador* não se fala de dinheiro, seja o vil metal, seja o escritural, ou o anacrônico digital. Em conseqüência, ignora-se a pobreza em renda e a desigualdade em riqueza. As virtudes exaltadas camuflariam esses pecados...

Foi o historiador cearense Capistrano de Abreu, profundo conhecedor de fontes documentais e antigo funcionário da Biblioteca Nacional, o principal responsável por tornar conhecida, em duas edições – em 1889, nos Anais da Biblioteca Nacional, e em 1918, na Editora Melhoramentos –, a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, “o primeiro livro a oferecer uma interpretação sistemática da “história do Brasil”.

Escrito parte na metrópole, parte na colônia, o manuscrito ficou ignorado no Brasil, mas não inteiramente em Portugal, onde circularam algumas cópias. Um possível motivo para isso seria o fato de o texto difundir *informações demasiadas sobre a colônia* (coisa fora do interesse da Coroa) e também falar do Brasil em um “tom” onde se “pregava sua grandeza, sua independência do resto do mundo”.

Frei Vicente do Salvador, ou Vicente Rodrigues Palha, nasceu em Matoim, próximo a Salvador, na capitania da Bahia de Todos os Santos. Coursou o colégio dos jesuítas e em 1859 ingressou na ordem franciscana, tendo atuado como missionário em Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro.

Em 1612, foi para Portugal, quando começou a redigir o livro. Em 1621, já tendo retornado ao Brasil, foi preso pelos holandeses ao chegar a Salvador. Depois de libertado, o concluiu por volta de 1627.

A obra é dividida em cinco livros. O livro primeiro e parte do segundo tratam da terra – nome, clima, minas, árvores, ervas, mantimentos, bichos, aves, peixes, além do “gentio” e seus costumes –, tal como já haviam feito Caminha e outros. Com uma diferença: Frei Vicente censura o imediatismo dos colonos e, sobretudo, o modo igualmente imprevidente da política do Estado português para o Brasil.

Segundo Marcus Venício Ribeiro, professor da UFF e apresentador da obra, historiadores identificaram nessas passagens “sementes” de um *pensamento nativista* ou mesmo, como as primeiras manifestações de “nacionalismo” já no século XVII. Um nacionalismo *avant la lettre*...

Frei Vicente reprova também o desinteresse da Coroa em incentivar a ocupação e exploração do interior da colônia. Em português arcaico, disse: “negligência dos portugueses, mesmo sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitavam dellas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos.”

Fala da riqueza rural, imobiliária, porém nada diz a respeito de dinheiro. “É o Brasil mais abastado de mantimentos do que quantas terras há no mundo, porque nelle se dão os mantimentos de todas as outras”. Ele “pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras”.

Esse era um modo arriscado de escrita, porque pregava sua grandeza, sua independência do resto do mundo. Haveria não só sementes de *nativismo*, como uma história sensível à vida social e material do *povo* [Qual? Composto de nativos, escravos e colonos?], à necessidade de desbravar e conhecer o sertão, os cultivos, a pecuária.

Estaria o frade baiano pregando ou imaginando, já no século XVII, *a separação do Brasil de Portugal*, como sugerem as leituras de Capistrano e outros? Não, nos anos seiscentos isto estava fora de cogitações.

A intenção principal do autor, de *cunho político-teológico* (esferas ainda não separadas pelo Iluminismo), era tornar o Brasil, de acordo com supostos desígnios divinos, *o centro político e administrativo do Império português ou do Império dual luso-espanhol*, em vigor quando o livro foi escrito. A meta seria retirar a colônia do abismo econômico e político onde foi lançada desde a segunda metade do século XVI.

O projeto não era propriamente econômico, pois sugeria a Coroa portuguesa criar um grande “Império da fé”, cujo coração estaria, no entanto, em outra terra, o Brasil, dádiva oferecida por Deus aos reis portugueses. Ela estava sendo desperdiçada. O livro encarnava a razão de um Estado católico.

O fio condutor da maioria dos capítulos do livro segundo são as guerras dos portugueses contra os índios e a formação de uma “nobreza da terra”. Os demais são protagonizados pelos governadores gerais, com foco, igualmente, nas “guerras justas” contra os índios resistentes à catequese e contra os hereges franceses e holandeses.

Os acontecimentos estavam submetidos à *hermenêutica cristã*, isto é, à vontade divina e aos desígnios sagrados da *história escatológica* – parte da teologia preocupada com o destino final da humanidade. Por *predestinação divina*, os escolhidos por Deus reinavam os impérios católicos. Exaltava os prepostos na colônia portuguesa: “por mais negócios tivessem, não deixavam de ouvir missa”.

Frei Vicente descreve, sem qualquer lamento, a *chacina de índios* por expedições do governo. Os índios eram tidos “como uma gente bárbara”. *Índio bom era o submisso*: se aliava aos portugueses e se deixava converter.

Apenas em um capítulo (o de nº 47, livro IV) versa sobre o açúcar, “o trato e negócio do Brasil”. Parece não valorizar o principal produto brasileiro de exportação.

Alfredo Bosi (1992) classifica os primeiros escritos sobre o Brasil em dois grupos:

1. os providos de “discurso orgânico”, interessados “nos meandros contábeis da produção colonial”, e
2. os de “discurso tradicional”, “de fundo ético pré-capitalista”.

A total indiferença em face da economia agrária exportadora, a crítica recorrente ao capital mercantil, a censura feita ao nome do Brasil, atribuindo-o à ação do demônio, são traços marcantes do livro. Poderiam justificar o seu enquadramento no segundo grupo.

Não seria propriamente o articulador dos interesses fiscalistas do Estado português, mas o arquiteto de uma profunda reorganização, *em bases político-teológicas*, desse mesmo Estado. Seu discurso era em favor de um projeto ousado, imaginado para o Brasil e Portugal, porém, *não econômico para seu gentio* (quem professa o paganismo ou indígena): um grande “Império católico”, cujo centro seria na cidade brasileira de Salvador.

Quando fala Frei Vicente de *riqueza*? Somente no capítulo 5º comenta boatos sobre as minas de metais e pedras preciosas do Brasil.

“Um soldado de crédito me disse que, indo de São Vicente com outros, entraram muitas léguas pelo sertão, donde trouxeram muitos índios, e em certa paragem lhes disse um que dali a três jornadas estava *uma mina de muito ouro limpo e descoberto*, donde se podia tirar em pedaços, porém que receava a morte se lha fosse mostrar, porque assim morrera já outro que em outra ocasião a quisera mostrar aos brancos”.

Cita de passagem “muitas sortes de *pedras preciosas*, das quais trouxe algumas mostras, e por tais foram julgadas dos lapidários”. Afirma: “sabemos em certo haver uma serra na capitania do Espírito Santo em que estão metidas muitas *esmeraldas*”.

“Também há minas de cobre, ferro e salitre, mas, se pouco trabalham pelas de ouro e pedras preciosas, muito menos fazem por estouras”.

Dinheiro aparece só uma vez: “no Rio Grande, onde parte com a capitania dos Ilhéus, tem muito pau-brasil, e no Rio das Caravelas muito zimbo, *dinheiro de Angola*, que são uns buziozinhos mui miúdos de que *levam pipas cheias e trazem por elas navios de negros*”.

Sobre *moeda*, comenta em uma passagem. “por serem pobres e não terem que comer na cidade, [o governador da Bahia] mandou a um mercador seu privado que desse a cada um desses três vinténs para cada dia, por sua conta. Porém, como não haja moeda de três vinténs, dizia-lhes que levassem um tostão e lhes daria uma de oito vinténs e, se os pobres lhe levavam o tostão, lhes dizia que o gastassem primeiro e depois lhe daria os três vinténs, porque o governador lhos não mandava dar senão aos pobres que nem uma coisa tinham”.

Crédito significa dar *confiança*. A expressão aparece em: “das quais coisas nenhuma até então sabiam senão por dito dos negros, *a que não davam crédito*.”

Patrimônio aparece também, em sua narrativa de estórias, só de passagem: “onde de fome e cansaço do caminho morreu ao passar de um rio à pura míngua, sendo que tinha de *patrimônio* nesta baía mais de cinquenta mil cruzados.”

Em outra: “Mas enfim, gastados muitos mil cruzados que trouxe da Índia, e muito *patrimônio* que tinha em Portugal, acabou tão pobremente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu em que o amortilhassem.”

Quanto ao *ouro*, explorado em Minas Gerais um século depois, Frei Vicente de Salvador critica a omissão de então: “o que fez mal a estes senhores, depois das guerras, foi não seguirem *a descobrimento das minas de ouro e prata*, como lhes determinavam”. Mas prenuncia: “como testemunhas de vista muito lha gabaram e prometeram muitos haveres de *ouro e prata* pela terra dentro.”

Os Judeus Construtores do Brasil

O livro organizado por Anita Novinsky [et al], “*Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*” (São Paulo: Planeta do Brasil, 2015), oferece uma leitura imprescindível para entender o Brasil.

Em 31 de março de 1492, os judeus foram expulsos da Espanha pelos reis católicos Ferdinando e Isabel. Mais de 100.000 judeus cruzaram a fronteira, adentrando em Portugal, na esperança de livremente praticar suas crenças.

A expulsão da Espanha foi a mais dolorosa experiência vivida pelos judeus, depois da perda da pátria em 70 d.C., tal como um segundo exílio. Pior, em 1496, o rei português, Dom Manoel I, se casou com a filha dos reis católicos da Espanha, na condição de Portugal também expulsar os judeus. Ele promulgou o decreto de expulsão em 5 de dezembro de 1496.

Quem ficou submeteu-se à conversão obrigatória em “cristãos-novos” em 1497. Aboliram-se todas as diferenças entre judeus e cristãos na tentativa-e-erro de eliminar o judaísmo de Portugal.

A Inquisição portuguesa, nascida de uma combinação do *poder pontifício* com o *poder régio*, representava quase um terceiro poder, com seus clientes, súditos, funcionários e uma receita particular: *os confiscos de propriedades*. Na verdade, esta era sua maior motivação.

O ódio contra os convertidos tornou-se ainda mais feroz. Os cristãos-novos, usando um nome falso, foram marginalizados da sociedade, e passaram, nos séculos seguintes, a peregrinar pelo mundo. Em fins do século XVI, foram para Amsterdã, local com maior tolerância religiosa.

Subitamente, a religião judaica foi considerada uma *fé herética*, proibida em toda a Península Ibérica e em seu império colonial sob pena de morte. O alto clero católico demonizou o povo judeu, acusando-o de fraudes e traições.

Na Espanha, eram pejorativamente chamados de “*marranos*”, palavra tradicionalmente empregada no sentido de *criptojudeu*, um converso simulador de ser cristão, para não morrer, mas sem abandonar a antiga fé – e a aversão pela carne de porco. Daí a palavra.

O Brasil foi o lugar de refúgio mais frequente dos “convertidos”, pois muitos navegadores eram *conversos* e, solidariamente, os embarcavam de maneira clandestina. Disse Blanche DuBois, na peça teatral *Um Bonde Chamado Desejo*, filmado em 1951: “Eu sempre dependi da bondade de estranhos”.

O historiador americano Arnold Wiznitzer, no livro *Os Judeus no Brasil Colonial* (1966), registra: “em 1624, o Brasil tinha aproximadamente cinquenta mil habitantes brancos. Em número, tão amplo como era, incluía uma alta percentagem de *marranos* (cristãos-novos)”. Estima-se em até um terço dos colonos.

Depois de duas ou três gerações, após as conversões, mudaram-se as representações do mundo, os gostos e os valores dos cristãos-novos. Adquiriram, na colônia portuguesa, para onde foram degradados, *uma especificidade genuinamente brasileira*.

Porém, os cristãos-novos não deixaram de ter uma repugnância geral pela idolatria, pelos dogmas cristãos, pelo fanatismo e pela intolerância da Igreja católica. Tudo isso levou à revolta clandestina dos *marranos* e cristãos-novos do Brasil contra o catolicismo.

Os conversos tornaram-se *párias*. Leis os eliminavam dos cargos públicos, administrativos, militares, acadêmicos e religiosos, mas seu *status* de “homens de negócios” os situava “dentro” da sociedade.

Durante o domínio Holandês no Brasil (1630-1654), foi permitida a prática do *judaísmo*. Afinal, a Holanda não fazia parte dos países intolerantes sob as leis da Inquisição.

Centenas de judeus de origem portuguesa tinham escapado para a Holanda. Depois, acompanharam Maurício de Nassau, em sua estada no nordeste brasileiro, onde fundou a cidade de Maurícia, hoje Recife.

Mesmo no Brasil holandês, apesar de serem bem-sucedidos nos negócios, foram vítimas de *antisemitismo*, tanto do lado dos calvinistas, quanto dos cristãos-velhos. As principais razões foram *as rivalidades econômicas*. Os calvinistas queixavam-se da “arrogância” dos judeus, acusando-os de serem desonestos, dominarem todo o comércio açucareiro.

O período de liberdade dos judeus, no Nordeste brasileiro, durou somente vinte e quatro anos. Os novos administradores, designados pela Companhia das Índias Ocidentais como substitutos de Maurício de Nassau, aumentaram os impostos, passaram a cobrar dívidas antigas dos senhores de engenho e cortaram a verba para novos financiamentos.

Em contrapartida, essa cobrança fez os devedores começarem a organizar a oposição aos holandeses. Os portugueses, com o apoio informal do rei D. João IV, começaram a buscar adeptos para o movimento, prometendo-lhes perdão das dívidas contraídas com holandeses e judeus.

Esse “calote cristão” é um longo legado desde os guetos nas cidades italianas no Renascimento. Os católicos recorriam aos judeus na hora da necessidade de tomar empréstimos e à Inquisição na hora de os amortizar. Não cumpriam os contratos assinados na *servidão voluntária ao crédito*.

Paralelamente à organização bélica, a diplomacia portuguesa negociava com a Holanda a saída dos holandeses e judeus do Nordeste do Brasil. Em meio às negociações, holandeses e portugueses assinaram um acordo de capitulação, em 26 de janeiro de 1654, segundo o qual holandeses e judeus teriam o prazo de três meses para deixar o Brasil.

Esse acordo atingiu diretamente a população judaica conversa: com a retomada do território pelo governo português, seu comportamento passaria a ser vigiado pelo Santo Ofício da Inquisição. Aterrorizadas, famílias judaicas optaram por deixar o Brasil, suas propriedades e seus negócios.

A maior parte dos judeus retornou para a Holanda ou foi para as Antilhas, onde desenvolveu uma grande zona produtora de açúcar. Por oferecer um produto de melhor qualidade e mais barato, passou a fazer concorrência ao açúcar brasileiro.

Após superar muitas adversidades, um pequeno grupo acabou aportando em uma colônia holandesa na América do Norte, chamada Nova Amsterdã, futura Nova York. Vinte e três judeus-brasileiros foram os pioneiros na construção da primeira comunidade judaica da América do Norte.

A permanência do pequeno grupo de refugiados em Manhattan só foi consentida após a interferência dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais de Amsterdã e sob rígidas restrições econômicas e religiosas. Nova Amsterdã, no início do século XVII, era somente um entreposto comercial daquela *companhia por ações*.

Manhattan foi gradativamente se modificando, transformando-se em uma pequena *urbe*. Os judeus adquiriram o direito de participar dos negócios da região.

Suas famílias alcançaram posição de destaque na elite colonial norte-americana. Atuaram ativamente em obras públicas, construíram hospitais, escolas, bibliotecas, integraram o meio acadêmico, contribuíram ativamente para o progresso econômico e ocuparam altos cargos públicos.

Já no fim do século XVIII, em 1792, vinte e quatro mercadores e corretores criaram a Bolsa de Valores de Nova York. Entre os homens, encontravam-se três judeus, entre os quais, o português morador de Nova York Benjamim Nathan Mendes Seixas.

Do ponto de vista político, muitos descendentes dos primeiros judeus portugueses e holandeses lutaram lado a lado durante a revolução pela independência da nação norte-americana. Foi fundamental para doravante haver a defesa dos direitos dos judeus na nova pátria.

Enfim, foram os judeus de origem portuguesa/brasileira os primeiros a formar uma comunidade judaica na América do Norte. Diz muito a respeito da consequência da intolerância religiosa vigente na colônia portuguesa sob a Inquisição católica.

Segundo Anita Novinsky, “a ‘*descatolização*’ dos cristãos-novos teve um papel determinante na *formação da mentalidade brasileira moderna* – e aparece com vigor na crítica religiosa do século XVIII.” A mentalidade dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra em Portugal, por exemplo, caracterizava-se por *um racionalismo secular*.

A *laicidade dos cristãos-novos* teve uma influência considerável sobre a mentalidade e também sobre a política brasileira. Explica inclusive uma parte da sociedade ter aderido à *maçonaria*.

A sociedade colonial brasileira foi assim formada por um contingente significativos de *dissidentes do catolicismo oficial*. Esse fenômeno não ocorreu somente entre os cristãos-novos, mas também pelos adeptos das religiões africanas, consideradas pela Igreja como superstições.

O Brasil Holandês (1630-1654) por Evaldo Cabral de Mello

Evaldo Cabral de Mello, em sua Introdução ao livro “*O Brasil Holandês (1630-1654)*” afirma: “a história da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, a independência nacional e a expansão colonial marcharam de mãos dadas no decurso dos oitenta anos de guerra contra a Espanha (1568-1648)”.

A historiografia tende basicamente a encarar de duas maneiras (não excludentes) *as origens do império marítimo dos batavos*. Começaram a edificar em fins do século XVI e chegou até a independência da Indonésia em 1945.

A primeira maneira, estritamente monocausal, interpreta o surto ultramarino em função do imperativo de aceder às fontes de comércio e de riqueza, dados os embargos opostos pela Espanha à navegação da Holanda.

A segunda maneira vê essa expansão como uma das facetas do processo pelo qual a Holanda tornou-se, em seu Século de Ouro (XVII), “a primeira economia moderna” – e a principal potência marítima.

Portugal e os Países Baixos tinham uma longa história de relações comerciais até quando, em 1580, o Reino português uniu-se à monarquia plural dos Habsburgo madrilenos até 1640. Ocorreu por causa da crise dinástica desencadeada pela morte de d. Sebastião no norte da África.

Tais relações dinásticas não poderiam escapar às consequências do conflito hispano-neerlandês, a começar pelos sucessivos embargos sofridos por navios batavos em portos da Península. Estas medidas afetavam o suprimento de produtos indispensáveis à economia das Províncias Unidas, por exemplo, o sal português para a indústria da pesca.

No decênio final do século XVI, os Países Baixos consolidaram militarmente, na Europa, sua independência da Espanha. A ofensiva batava desdobrou-se em ofensiva ultramarina, visando à destruição das bases coloniais da riqueza e do poderio ibéricos.

Nos primeiros anos do século XVII, a Companhia das Índias Orientais, a primeira sociedade de ações no mundo, operava mediante monopólio outorgado pelo governo neerlandês. Promoveu o

comércio e a colonização na Ásia em detrimento da presença espanhola e portuguesa naquela parte do mundo.

A partir da fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, um idêntico modelo institucional por ações foi adotado para ocupar as Américas e a costa ocidental da África. A essa altura, o açúcar brasileiro já passara a representar não um negócio propriamente holandês, mas uma atividade muito controlada pela comunidade sefardita de origem portuguesa.

Ela se estabeleceu em Amsterdã para fugir de:

1. a perseguição do Santo Ofício na península Ibérica e
2. a reconquista pela Espanha do porto de Antuérpia, o grande entreposto português no norte da Europa até 1585.

Graças à regularidade e frequência desses contatos, dispunha-se na Holanda de um excelente conhecimento não só das condições econômicas e sociais, mas também do litoral do Nordeste, dos seus portos e até do traçado urbano de Olinda. Esse conhecimento foi indispensável à preparação e à execução dos ataques à colônia portuguesa, primeiro contra a Bahia e depois contra Pernambuco.

A partir da venda dos engenhos confiscados nesta capitania (Nova Lusitânia), no período colonial português, em 1637, esboçou-se um primeiro momento de euforia comercial. Contudo, não resistiria às perspectivas do ataque naval a ser desfechado pela armada luso-espanhola, nem à queda do preço do açúcar, o qual, ao cabo de um período secular de alta, retraiu-se justamente entre 1638 e 1643.

Os comerciantes da metrópole holandesa passaram a exigir de seus representantes e comissários no Brasil importantes somas, em pagamento do antes lhes fornecido. Obrigados a remeter às suas matrizes na Holanda todo o dinheiro disponível, os negociantes locais passaram a experimentar *uma grande escassez de numerário*.

Na explicação dessa crise comercial, deve-se recuar até os anos finais da década de 1630. Principalmente os portugueses do Brasil holandês haviam assumido *compromissos excessivos* para a aquisição de engenhos, canaviais, escravos e outras utilidades.

Desfeitas as esperanças de lucros dos lusos, viram-se estes ante a necessidade de honrar seus compromissos contratuais. Contudo, novos sortimentos chegavam da Holanda e novas compras faziam os portugueses amontoarem *dívidas sobre dívidas*.

Devido à impontualidade dos pagamentos, sentiram seus créditos escassear também com os comerciantes dos importados. Todos os credores passaram a exigir a liquidação de seus débitos.

Houve também, na época, uma grande mortalidade entre negros e “brasilianos”, vítimas de uma moléstia infecciosa, endêmica entre os nativos, chamada *bexiga*. Era semelhante à varíola europeia.

Esses escravos, em sua maioria, tinham sido adquiridos com preços elevados, e, conseqüentemente, sua perda acarretava a ruína dos lavradores. Eles ainda tinham de enfrentar pragas e inundações frequentes, causadoras de consideráveis danos aos canaviais.

Entre as raízes da crise, capazes de levar o Brasil holandês à derrocada, Evaldo Cabral de Mello destaca as dívidas da Companhia das Índias Ocidentais. Como em todas as *booms*, seguidos de *crash*, na *fase de euforia*, há excesso de oferta e tomada de crédito, já na *fase de pânico*, devedores têm de amortizar as dívidas ou as refinar. Nesse estágio, predomina o *acionamento do crédito*.

As dívidas, por causa dos juros compostos (juros sobre juros), crescem cumulativamente, indo muito além da receita esperada quando foi tomada. No caso do Brasil holandês, isso se deu porque os diretores da Companhia, dirigentes dos negócios no Brasil, antes de 1640, venderam a crédito a maior parte das propriedades confiscadas, engenhos de cana, mercadorias e até negros comprados na África por conta da Companhia. Desse modo, seus livros contábeis estavam repletos de *débitos de terceiros*, mas a *caixa estava vazia de dinheiro*.

O aumento do valor do dinheiro circulante no Brasil holandês, relativamente ao valor das moedas na metrópole, permitiria inclusive expulsar o dinheiro espanhol. Os prejuízos observados provieram desse dinheiro espanhol – e não o holandês. Enquanto os holandeses estavam sob a ameaça da armada espanhola, os portugueses locais empregaram todo o esforço para obter moedas espanholas e as entesourar.

Os holandeses ficaram, assim, privados de dinheiro. Isto não aconteceria se, no Brasil holandês, circulassem somente moedas holandesas.

Neste caso, observar-se-ia o contrário: quando se receasse a mudança no Estado metropolitano, como os portugueses então supunham, eles receariam também o dinheiro holandês não ter valor para eles. Então, o dinheiro holandês circularia em abundância em Recife.

Os depoimentos da época são unânimes no tocante à carestia monetária do Brasil holandês: a derrocada deste teve a *causa econômico-financeira* em destaque diante da *causa militar*.

Cultura e Opulência do Brasil por André João Antonil

Sobre o *ouro*, é necessário ler Antonil. O metal era extraído de Minas Gerais e encaminhado para a monetização inglesa, durante a revolução industrial, em cumprimento ao Tratado de Methuen.

Este foi um acordo comercial e militar assinado entre Inglaterra e Portugal em 1703 – e em vigor até 1836. É chamado também de *Tratado de Panos e Vinhos*, em referência às mercadorias trocadas entre as duas nações, o qual levou ao déficit comercial português, coberto com o ouro extraído de sua colônia nas Américas.

Janice Theodoro da Silva, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira *Cultura e Opulência do Brasil* de autoria de André João Antonil (1649-1716). Ele nasceu na Itália e faleceu na Bahia-Brasil.

Depois de entrar para a Companhia de Jesus e estudar Direito Civil, chegou aqui em 1680 com 32 anos disposto a avaliar detalhadamente os habitantes e as riquezas possíveis de o Brasil oferecer a Portugal. Preocupou-se em compreender os senhores e os escravos, agentes centrais da economia e vida colonial.

A obra, escrita depois de 25 anos de experiência e observação em solo brasileiro, foi publicada em 1711. Era o início da corrida ao ouro de Minas Gerais.

Porém, foi em grande parte destruída em cumprimento ao *veto e sequestro régio*. O confisco foi realizado para evitar exposição das riquezas da colônia à cobiça de outras Nações, responsáveis por saques constantes na costa brasileira: França, Holanda e Inglaterra não poderiam ter o conhecimento desse *potencial extrativo*.

Antonil procurou deixar registrado tudo aprendido sobre os engenhos. Refez, passo a passo, todo o processo de produção do açúcar, tabaco, mineração e criação de gado.

A conclusão à qual chega o autor, ao analisar as relações entre o Brasil e Portugal, diz respeito à utilidade possível de o Brasil ter para o reino português.

Retrata as inquietações daqueles habitantes do vasto território brasileiro. Eles atuavam, de formas diferenciadas, nesse enorme esforço de construir o denominado como *uma “economia cristã”, baseada no escravismo*.

Em frase tornada clássica, reconhece: “*os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente*”.

Ao demonstrar a opulência do Brasil, em proveito do reino de Portugal, Antonil resume o apontado nas quatro partes de sua obra, dimensionando cada qual em proporção:

1. todo o açúcar está acima do dobro de todos as demais riquezas reunidas,
2. o ouro representa pouco mais de ¼ dele,
3. o tabaco metade do ouro (1/8 do açúcar), e
4. o couro cerca de 1/12 do açúcar.

A esses valores somam:

1. o pau-brasil de Pernambuco,
2. o contrato das baleias,
3. o contrato dos dízimos reais,
4. o contrato dos vinhos,
5. o contrato do sal,
6. o contrato das aguardentes,
7. o rendimento da Casa da Moeda,
8. os direitos pagos nas alfândegas dos negros vindos de Angola, São Tomé e Mina.

Tudo isso reunido faz ver a utilidade do Estado do Brasil à Fazenda Real. Sua conclusão é ser justo, tanto para ela, quanto para o bem público, favorecer a conquista e o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em contrapartida, nas entrelinhas, Antonil:

- critica a morosidade da máquina administrativa da colônia,

- demanda “a multiplicação das igrejas, para todos estarem mais perto do remédio para suas almas”...

A organização da economia colonial brasileira e o aprimoramento da vida religiosa, sem dúvida, garantiriam a expansão do processo produtivo e da comercialização do açúcar, tabaco, ouro e gado, mediante práticas econômicas baseadas no *mercantilismo*.

O “primeiro economista no Brasil” destaca também o fabuloso custo humano necessário para a produção do açúcar, tabaco e ouro.

Segundo o estudo biobibliográfico feito por Affonso D’Escragnolle Taunay sobre Antonil e sua obra, ela “constitui um repositório preciosíssimo sobre a vida econômica do Brasil em princípios do século XVIII; faz um apanhado completo das condições que regiam as principais indústrias do país: *a cana-de-açúcar*, fator de enorme opulência do Norte, do luxo da Bahia e de Pernambuco, e *a mineração do ouro*, exatamente na época quando acabara de dar-se o grande *rush* de paulistas e reinóis para as terras prodigiosas dos antigos Cataguazes, agora Minas Gerais”.

Discursando sobre a lavoura da cana, não só escreveu Antonil um manual do agricultor da preciosa plantação, a base da riqueza nacional até meados do século XIX, como ainda “um código do critério e do bom tom, sobremodo proveitoso àquelas épocas atrasadas”.

Como foi sempre o Brasil *terra de títulos precários de posse*, Antonil aconselhava aos adquirentes de engenhos se precaverem contra as possíveis e prováveis demandas, usem de toda a diligência para defender os marcos e as águas necessitadas, para moer, o seu engenho, etc., e assim se evitar demandas e pleitos. A prosa é saborosa.

“*Seria contínua desinquietação d’alma e contínuo sangrador de rios de dinheiro*, que vai a entrar em casa dos advogados, solicitadores e escrivães, com pouco proveito de quem promove o pleito ainda quando alcança, depois de tantos gastos de desgostos, em seu favor a sentença. Nem deixe os papéis, e as escrituras possuídas, na *caixa da mulher*, para depois ser necessário mandar dizer muitas missas a S. Antônio para achar algum papel importante desaparecido, quando houver mister de exibi-lo!”.

Há curiosíssimas páginas onde se leem interessantes apanhados de pontos de vista coloniais sobre *as relações mútuas de servos e senhores*. Antonil recolhe o *adágio racista* tão famoso e tão citado das nossas antigas eras: “o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, e paraíso dos mulatos e das mulatas”.

Ele ministra conselhos humanitários aos seus leitores da época, apelando para os seus sentimentos religiosos, a fim de *evitarem castigar os servos em demasia*, contrariando assim outro prolóquio popular antigo: “só precisam os negros de três P: *pão, pau e pano*”.

Taunay chama a atenção para duas páginas de humorismo, raras de se encontrar em livro português, geralmente repassados de gravidade e monotonia. “E ainda assim, sempre doce, e vencedor de amarguras, [o açúcar] vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mesinhas dos enfermos, e grandes lucros ao senhor do engenho, e aos lavradores que o perseguiram, e aos mercadores que o compraram e o levaram degredado, nos portos, e muito maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas”.

Antonil consagra a parte mais importante do livro à mineração do ouro. Estes capítulos foram a principal causa da destruição da sua obra pelo Governo português, como relata Taunay. Realmente pouco interessaria a europeus esse tratado sobre a cultura da cana, em toda a América espalhada, e as condições da lavoura açucareira no Brasil.

O Novo Mundo, para a mente dos europeus conquistadores, era a terra dos metais e das pedras preciosas e o Brasil fora até princípios do século XVIII um país de desoladora aridez, para a maioria dos portugueses. Afinal, não tinha minas!

Também a prata e as esmeraldas foram muitas vezes anunciadas e jamais confirmadas até então. Assim, Portugal recebeu com incontido entusiasmo a notícia da descoberta dos grandes campos auríferos de Minas Gerais, rendosos como poucos lugares do Universo.

Graças à narrativa de Antonil temos hoje fortíssimo veio de informações sobre a vida primitiva da mineração do ouro. Segundo Taunay, seria “o único documento de reconstituição de muitas faces deste período notabilíssimo, capital, da formação brasileira”.

Para estudar a gente atraída pelo *auri sacra fames* [maldita fome de ouro], “mistura de toda a condição de pessoas sobre o qual não houve até o presente coação ou governo bem ordenado”. Era uma turba, estimada por ele em “mais de 30 mil almas”, onde se via de tudo, como sempre aconteceu em todos os grandes *rushes* do ouro, inclusive “envolvia magistrados e autoridades várias, seculares e eclesiásticas, todas elas desvairadas pela ideia de recolherem brevemente ao Reino, ou às suas terras de origem, com fartas arrobas de cabedal”.

Depõe sobre essa primeira imigração massiva. “Cada ano, vêm nas frotas enorme quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, dos quais os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil nem convento nem casa”.

Tanto nas metrópoles, quanto nas colônias, onde há região de grandes e súbitos lucros só pode ser uma terra de alta inflação e excessiva carestia. Antonil nos fala da “abundância de mantimentos e de todo usual que hoje há nas minas, e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos”.

Destes preços exagerados, proviera uma alta formidável no custo da vida em todo o Brasil “como se experimentam nos portos das cidades e vilas do país”. Ficaram desfavorecidos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias, padecendo os moradores grande carestia de mantimentos.

Antonil usa numerosas páginas ao examinar “a obrigação de pagar a El Rei Nosso Senhor a quinta parte do ouro, tirada das minas do Brasil”. Trata o ponto de dois modos: “ou pelo que pertence ao *foro externo* pelas leis, às ordenações do reino, ou pelo que pertence ao *foro interno*, alterando a obrigação em consciência [*foro íntimo*]”.

Afirma Antonil: “houve ano em que, de todas estas minas ou ribeiros, se tiravam mais de cem arrobas de ouro, *fora o que se tirava e tira escondidamente de outros ribeiros*, onde os descobridores não manifestaram, para os não sujeitarem logo à repartição. E, se os quintos de El-Rei chegaram a dezessete e a vinte arrobas, *sonegando-se tanto ouro não quintado*, bem se deixa ver que o ouro que

cada ano se tira, sem encarecimento algum, passa de cem arrobas, e que nestes dez anos passados se tem tirado mais de mil arrobas. E, se nos primeiros anos não chegaram a cem arrobas, nos outros certamente passaram”.

Cita a burla ao confisco. “só os quintos devidos a Sua Majestade se foram notavelmente diminuindo, ou por se enviar para outra parte o ouro em pó, ou por não ir à Casa do Quintos, ou por usarem alguns de cunhos falsos [“santos de pau oco”], com engano mais detestável. Mas, ainda assim, não deixou Sua Majestade de ter grande lucro na *Casa da Moeda do Rio de Janeiro*, porque comprando o ouro a doze tostões a oitava, e batendo-se em dois anos a três milhões de moeda nacional e provincial de ouro, foi lucrando seiscentos mil cruzados de avanço”.

Não só para a história inédita da região mineira como para a da povoação nacional, representa o livro de Antonil, frisa Taunay, um dos mais notáveis elementos. Entretanto, ele encerra o seu livro sobre as minas com uma série das mais moralistas (apresentadas como por Taunay) considerações sobre “os danos causados ao Brasil pela *cobiça*, depois do descobrimento do ouro nas minas”.

É a verberação exata do *auri sacra fames* através de conceitos repassados como fossem uma afirmação piedosa, mas críticos sim da busca da mobilidade social por meio de independência financeira individual. “Nem há pessoa prudente a qual não confesse haver Deus permitido se descobrir nas minas tanto ouro para castigar com ele o Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras [em 1711] aos europeus com o ferro”.

Conclui Affonso D’Escragnolle Taunay sua apresentação com o certo prognóstico. “Este livro [censurado até o país alcançar a Independência] trata da cultura e riqueza do Brasil no ano de 1711. Do título inferirão os leitores o quanto ele é útil a todos os estudiosos de Economia Pública e, em geral, a todos os brasileiros. Ali acharão a certeza de o seu abençoado país já então era a mais rica parte da América quanto a produtos rurais”.

Capítulos de História Colonial (1500-1800) por Capistrano de Abreu

Meu ex-colega do IE-UNICAMP, Ronaldo Vainfas, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Seu autor, Capistrano de Abreu (1853-1927), um cearense com formação tipicamente autodidata sem diploma de curso superior, foi membro da casta dos sábios-intelectuais.

O interesse de Capistrano pelas relações entre História e Geografia e sua convicção de as sociedades serem profundamente marcadas pela cultura e pelo meio geográfico destacaram-se no *Capítulos de História Colonial*, obra clássica da historiografia brasileira.

Seu plano de escrever uma “nova história” do Brasil foi acalantado mais ainda quando preparou uma reedição crítica da obra da história brasileira “oficiosa” mais lida até então, a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen (paulista de Sorocaba e filho de alemães), publicada originalmente em cinco volumes de 1854 a 1857. O considerado fundador da historiografia brasileira contava uma história do Brasil à feição dos interesses imperiais da elite dominante, centralizadora e escravocrata.

Varnhagen só levantou os fatos oficiais desde a “descoberta” de 1500 até a chegada da “corte joanina” em 1808 ao Brasil. Louvava a dinastia de Bragança.

Era uma história elitista, laudatória dos “vencedores” da casta dos aristocratas fundiários. Varnhagen desprezava o índio, mal falava do negro, e desconfiava sempre das rebeliões, desqualificando-as.

Já no século XIX, membros da casta dos sábios-intelectuais achavam o núcleo de uma história do Brasil deveria ser a “fusão das três raças” – o branco português, o índio nativo, o negro africano. Era uma proposta muito inovadora para quando o tráfico negreiro estava no auge e o indígena estava quase exterminado, ao menos no litoral.

Capistrano deplorava a falta de sensibilidade de Varnhagen em relação à vida social, às diversidades regionais e ao povo. Porém, não acatou a ideia circulante de a história do Brasil ser escrita elegendo “a fusão das três raças” como problemática central, pois seu livro é acanhado no tratamento do *tema da miscigenação*.

Capistrano desejava introduzir assuntos até então pouco estudados, por vezes desconhecidos, como as bandeiras, as minas, as entradas dos bandeirantes, a criação de gado.

Lançando o foco na verdadeira competição entre franceses e portugueses, logo nas primeiras décadas do século XVI, questiona o direito português às terras brasílicas. Articula a disputa europeia no Brasil com as rivalidades entre grupos indígenas, tupinambás e tupiniquins – ambos da fala *tupi* –, porém, lutando em lados opostos.

Quanto ao *regime de donatarias ou capitânicas hereditárias*, “organização feudal”, Capistrano mostra o fracasso de várias delas. Umhas foram abandonadas em face dos ataques indígenas, outras nem sequer foram ocupadas, quase todas desprotegidas, sendo exceções para confirmar essa regra São Vicente e Pernambuco.

Com a ascensão de reis espanhóis ao trono português, há consequências favoráveis para o Brasil a partir de 1580, quando ocorreu o começo da expansão territorial rumo à bacia do Prata, no Sul, e rumo ao Amazonas, no Norte. Depois de tratar da expansão lusitana rumo ao norte, como ao Rio Grande do Norte, ao Maranhão e ao Amazonas, Capistrano adentra no século XVII.

Ele considera o fato de espanhóis terem se entronizado em Portugal, com a metrópole lusitana perdendo autonomia política, favorável ao Brasil. Nesse período se acelerou a expansão rumo ao interior e ao Amazonas e se deu a eliminação completa das tentativas de invasão francesa.

No entanto, os portugueses foram os vencedores dos flamengos. Eles haviam vencido os espanhóis, enquanto estes eram senhores de Portugal, no período das invasões holandesas, com a dominação de Pernambuco e adjacências pela Companhia das Índias Ocidentais.

As guerras de resistência e, depois, as guerras de expulsão, sobretudo, deveu-se à Insurreição Pernambucana de 1645 a 1654.

Capistrano lança o foco no “Sertão” da América Portuguesa. Não o apresenta como sinônimo da caatinga árida, mas em alusão ao interior do vasto território ainda não conquistado ou não densamente ocupado.

Ele esmiúça as jornadas de expansão bandeirante a partir de São Vicente, rumo ao Sul ou a Oeste, alargando as fronteiras do antigo Tratado de Tordesilhas. Novamente, destaca a expansão para o Norte, a ocupação do seu Ceará, Maranhão, Pará, Amazonas.

Neste capítulo, houve quem visse no livro de Capistrano uma versão brasileira similar a livro de historiador norte-americano. Elege *a expansão da fronteira* como tema-chave da história dos Estados Unidos.

A expansão da fronteira no Brasil, indo além do litoral, levaria à descoberta de ouro. Levou à construção de uma sociedade colonial muito diferente da litorânea: a sociedade das Minas Gerais.

Capítulos de História Colonial revela haver, então, *múltiplos Brasis*, ao invés de um Brasil só. Tratava-se de uma diversidade na história da cultura material e na história social.

Capistrano de Abreu faz uma análise da diversidade da sociedade, isto é, da *estratificação social*. Indica entre senhores de escravos haver padres e frades, artesãos e mascates, até homens livres pobres e mestiços tocados pela fortuna. Eram brancos oprimidos pelo convencionalismo e negros oprimidos pela escravidão.

Revela também ao menos um caso típico da intelectualidade brasileira de mitificação em face da miscigenação. Era como se os mulatos fossem rebeldes simplesmente por nascerem mestiços.

Apesar da concessão ao estereótipo racista, Capistrano vai além e adentra o cotidiano, os valores coletivos dos Brasis, sempre diferenciados. Rascunha as mentalidades, tipo na casa grande predominar o modelo do “pai taciturno, mulher submissa, filhos apavorados”. Ressalta o matriarcado também ter prosperado em muitas regiões e circunstâncias do Brasil antigo.

Enfim, a “tese” defendida no livro *Capítulos de História Colonial* é ter havido, então, *o predomínio de forças dissolventes*. Três séculos de colonização não alteraram esse quadro, quando não o agravava pelo alargamento das fronteiras territoriais.

Não havia nenhuma ideologia de coesão nacional e as manifestações coletivas eram só passageiras. Vida social não havia, pois não havia ainda sociedade brasileira, quanto mais “consciência nacional” na ausência de um Estado nacional.

Não fosse a “comunidade ativa da língua” – o português – e “a comunidade passiva da religião” – a católica – e mal se poderia divisar o que era afinal a América portuguesa.

Capistrano não adotou a simbologia da República de uma nacionalidade *avant la lettre*, propagandeada pela casta dos guerreiros militares. Tal como cabe a alguém da casta dos sábios-intelectuais, colocou a sociedade colonial como a verdadeira protagonista da História.

Tratava-se de uma sociedade múltipla e diversificada com seus contrastes e tensões. Das interações entre seus componentes emergiu o complexo Brasil.

Neste livro, publicado em 1907, o autor já trata de dinheiro por quinze vezes. Narra Pedro Álvares Cabral ter comandado uma armada de treze navios, partindo de Belém (Portugal) em 9 de março de 1500: “mil e quinhentos soldados, negociantes aventureiros, aventureiros, mercadorias variadas, *dinheiro amoedado*, revelavam o duplo caráter da expedição: *pacífica*, se na Índia preferissem a lisura e o comércio honesto, belicosa, se quisessem recorrer às armas” (página 32).

Na página 76, conta: “Gaspar de Sousa aprestou nove navios, cinco dos quais grandes, com mais de novecentos homens, *muito armamento e dinheiro*, plantas e gado para povoarem a terra”.

Na página 79, alerta: “nas transações dominava a permuta ou empréstimo de gêneros; *transações a dinheiro* não se conheciam ou eram raríssimas, e como ninguém sabia aproximadamente de suas posses, o endividamento era geral.

Na economia naturista, já foi observado, por um economista recente, nunca se produzem demais os gêneros consumidos em casa; se há superabundância de algum, guarda-se, dá-se ou deixa-se estragar; daí, a hospitalidade, as festas pantagruélicas e também o jogo. Talvez nas paradas achasse seu melhor emprego *o pouco dinheiro girante*; o resto ia em festas eclesiásticas ou profanas.”

“Como *não havia dinheiro*, os impostos eram levados à praça, e o contratador pagava-se em gêneros” (idem).

Nas relações entre Portugal e Holanda, iniciadas desde a Idade Média, iam os flamengos a Lisboa, garantindo lucros imediatos aos portugueses. “Estes, além do dinheiro de contado, proviam-se, graças aos seus fiéis fregueses, de cereais, peixe salgado, objetos de metal, aparelhos náuticos, fazendas finas” (p. 83).

“Quando La Condamine passou por Belém [do Pará], em 1743, a única moeda corrente eram grãos de cacau; desde maio de 1749 principiou a correr *dinheiro amoedado* de ouro, prata e cobre” (p. 128).

Gregório de Matos, baiano formado em Coimbra e, aliás, sem revelar simpatia particular pelos patrícios, já na segunda metade do século XVII manejava o látigo da sátira contra o reinol: “vem degradado por crimes ou fugido ao pai, ou por não ter o que comer, salta no cais descalço, despido, roto, trazendo por cabedal único piolhos e assobios, curte vida de misérias, amiúda roubos, ajunta dinheiro, casa rico e ocupa os cargos da República!” (p. 155).

Perguntou Augusto de Saint-Hilaire a um seu compatriota, conhecedor da localidade, *em que os fazendeiros gastavam o dinheiro*: “Como vê”, respondeu-lhe, “não é em construir belas casas nem em mobiliá-las. Comem arroz e feijão; muito pouco lhes custa também o vestuário, tampouco dispendem na educação de seus filhos, que se rebolcam na ignorância; são de todo estranhos aos prazeres da sociedade; mas *é o café que lhes dá dinheiro*, não se pode apanhar café senão com negros; é pois em comprar negros que gastam todos os seus rendimentos, e o aumento de sua fortuna serve muito mais para satisfazer-lhes a vaidade que para aumentar-lhes os gozos. Não têm luxos de habitação, nada apregoa sua riqueza” (p.206).

“Quando um oficial ganhava algumas patacas folgava até acabar de comê-las”, observa Saint-Hilaire. “Apenas possuía a ferramenta mais necessária, e quase nunca andava provido das matérias que devia feitiar. Assim tinha-se de fornecer couro ao sapateiro, linha ao alfaiate, madeira ao marceneiro; adiantava-se *dinheiro* para comprarem tais objetos, *mas quase sempre gastavam o dinheiro e a obra não se fazia só passado um tempo considerável*” (pp. 219-220).

Nada mais é necessário dizer. O dinheiro explica o mundo... e (a falta dele) o Brasil!

***Casa Grande & Senzala* por Gilberto Freyre**

Publicado em 1933, *Casa Grande & Senzala* compõe, com *Sobrados & Mocambos* e *Ordem & Progresso*, o conjunto denominado pelo autor, Gilberto Freyre, de “Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil”:

1. o primeiro volume dedica-se ao estudo da formação da família brasileiro em regime de economia patriarcal;
2. o segundo, à decadência do patriarcado rural e ao desenvolvimento das cidades;
3. o terceiro, à desintegração da sociedade patriarcal no quadro da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Os textos enfocam períodos diferentes da história brasileira, respectivamente, Colônia, Império e República.

Publicado três anos depois das alterações políticas de 1930, *Casa Grande & Senzala* se inseriu no debate sobre a formação nacional. Visava a formulação do cenário político quando a centralização administrativa alterava o lugar hierárquico não apenas das regiões como dos grupos com exercícios de poder local e regional.

O planejamento das políticas públicas demandava uma definição do público alvo de cada qual, isto é, o conhecimento mais profundo da sociedade brasileira.

Nesse cenário, o livro respondia a questões tais como as seguintes.

- Quem é o povo brasileiro?
- Podemos falar de uma unidade nacional?
- Podemos pressupor a existência de uma cultura brasileira?
- Esse perfil corresponde às exigências da civilização ocidental e, portanto, o Brasil pode figurar no concerto geral das nações?

A louvação do povo e da cultura brasileira feita por Gilberto Freyre faz contraponto principalmente com as críticas de Oliveira Viana e Paulo Prado. Ele estabelece uma polêmica a respeito de:

1. a questão racial,
2. o determinismo geográfico e
3. o papel desempenhado pelo patriarcado na configuração da sociedade brasileira.

Gilberto Freyre reconstitui a vida íntima dos componentes da sociedade patriarcal. Recupera *a história da vida privada cotidiana* no complexo agrário-industrial do açúcar.

Sua concepção sobre a sociedade brasileira fundamenta-se na articulação de três elementos:

1. o patriarcado,
2. a interpenetração de etnias e culturas e
3. o trópico.

Esses marcos definidores da formação nacional correlacionam-se. Cada um deles encontra sua explicação no cruzamento com os dois outros. Dessa combinação resultam as diferentes teses fundamentais para a explicação da sociedade brasileira.

Gilberto Freyre faz a recuperação dos usos e costumes do povo. Encontrar neles as raízes culturais e a relação entre os grupos formadores da sociedade brasileira.

Ao contrário de outros autores, *a diferença entre raça e cultura* orienta sua interpretação. Faz isso, seja quando trata do tema *miscigenação*, seja quando se preocupa com *o destino do Brasil*.

Para a maioria dos autores anteriores a Freyre, o caráter do povo brasileiro seria resultante da *mestiçagem*, definindo-se pela tristeza, preguiça, luxúria, ou seja, por heranças das “raças inferiores”. Pelo contrário, sua tese é os traços de fraqueza física, a debilidade e a aparente preguiça terem origem social e cultural – e não racial.

Explicam-se pela subnutrição e pela doença, ao contrário do sugerido pelo “racismo científico”.

Gilberto Freyre amplia esse debate, aplicando-o à organização política. As bases culturais justificam sua explicação sobre o autoritarismo assentar-se em *razões de caráter cultural e não político*.

Reconstruindo as relações entre senhor branco/negra escrava, sinhozinho/moleque, sinhá/mucama, mostra serem marcadas pelo sadismo dos primeiros e o masoquismo dos segundos!

Deveria examinar outras hipóteses alternativas como:

1. o conformismo ao destino pessoal pregado pela Igreja católica;
2. a ordem unida, imposta pela força da casta dos guerreiros.

Dariam maior substância cultural e objetividade à sustentação desse *discurso da servidão voluntária*.

Cientistas sociais denunciam *a tese da democracia racial como mito fundador*. Apresenta uma consciência falsa da realidade: *a igualdade de oportunidades* entre negros e brancos.

Freyre adota dois eixos explicativos:

1. a discriminação entre os efeitos da herança racial e os de influência social, cultural e de meio;
2. o peso do sistema de produção econômica sobre a estrutura da sociedade.

A partir deles, ao examinar a sociedade brasileira, aponta para o fato de serem condicionantes fundamentais das relações existentes entre brancos e não-brancos:

1. a monocultura latifundiária do açúcar e
2. a escassez de mulheres brancas.

Duas forças operam:

1. do modelo econômico resulta uma *dominação patriarcal* não apenas sobre a família e os escravos, mas também sobre os agregados e os homens livres;
2. da escassez de mulheres brancas resulta a possibilidade de “confraternização entre vencedores e vencidos”, gerando-se filhos do senhor com a escrava, operando *a miscigenação*

como corretor da distância social “entre a Casa Grande e a mata tropical”, ou seja, entre a Casa Grande e a Senzala.

Em outros termos, as possibilidades de a sociedade brasileira, em sua estrutura, estremar-se entre senhores e escravos foi contrariada pelos efeitos sociais da *miscigenação*. Esta agiria no sentido de “democratização social” no Brasil.

A Casa Grande figura o sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, sistema de contemporização entre tendência aparentemente conflitantes:

1. o colonizador tentando impor as formas europeias à vida nacional,
2. o colonizado atuando como adaptador dessas formas ao meio ambiente natural.

Nesse sentido, a Casa Grande opera como centro de coesão social:

1. representa todo um sistema econômico, social e político e
2. age como ponto de apoio para a organização nacional.

É o modo pelo qual se realiza o caráter estável da colonização portuguesa de marca agrária, sedentária, plástica e harmoniosa. Por isso, na formação nacional, a Casa Grande representou papel marcante, vencendo a Igreja e, em certos momentos, até mesmo o Estado.

O estudo da Casa Grande acaba por ser “a história íntima de quase todo o brasileiro”, pois foi aí “que se exprimiu o caráter brasileiro: a nossa continuidade social”. Daí o título:

- *Casa Grande* é o símbolo de um status – o de *dominação*;
- *Senzala*, por sua vez, simboliza *subordinação* ou *submissão*;
- o & entre as duas palavras é símbolo da *interpenetração*, para mostrar “a dinâmica democratizante com corretivo à estabelecida hierarquia”.

Para Gilberto Freyre, no Brasil, não se realizam as formas tradicionais de dominação, havendo uma inversão do processo, mudando-se os sinais alocadores socialmente os indivíduos. Este é o *mito da democracia social e da harmonia racial*, pregado pelos dominantes da Casa Grande para controle dos dominados da Senzala...

A sociedade brasileira começou a se organizar, civilmente, segundo Freyre, quando se alterou o caráter exclusivamente mercantil-extrativista da colonização portuguesa e se estabeleceu, no Brasil, uma exploração da produção agrícola de cana-de-açúcar. Com isso se definiu a *singularidade do processo brasileiro*, embora similar ao norte-americano da grande *plantation* de algodão, mas diferente da atuação de Portugal na Índia e na África.

A aptidão do português para esse desenvolvimento estável, possível graças à *escravidão*, primeiramente do indígena, posteriormente negra, deveu-se ao hibridismo resultante de seu passado histórico de “povo indefinido entre a Europa e a África”. Isto por conta da longa invasão moura à península ibérica.

A sociedade colonial no Brasil desenvolveu-se, patriarcal e aristocraticamente, à sombra das grandes plantações de cana-de-açúcar, não em grupos de nômades a esmo em atividade de

extrativismo. Em sua visão liberal, Freyre considera esta colonização não ser obra do Estado português, mas sim da iniciativa particular.

Ela promove a mistura de raças, a agricultura latifundiária e a escravidão. No entanto, não promove a emancipação dos explorados.

Não é o caso de se indagar qual foi o papel da casta dos guerreiros e da casta dos sábios-sacerdotes na submissão dos párias cativos, seja nativos, seja africanos? E da casta dos comerciantes-trafficantes? Toda a glória dessa colonização é atribuída à casta dos aristocratas-latifundiários?!

Não se nega aqui o papel do *clã* no Brasil. É o conjunto de famílias presumido como descendentes de ancestrais comuns.

As *dinastias* se referem à sequência de indivíduos ocupantes de determinada função, cargo ou posto de poder, de forma hereditária. Até hoje é visível nas sucessões políticas brasileiras.

Para Gilberto Freyre, a vida política brasileira se equilibra [?!] entre duas místicas:

1. a ordem e a autoridade decorrentes da tradição patriarcal;
2. a liberdade e a democracia, desafios da sociedade moderna.

Pecando por estabelecer um *continuum* entre a família e o Estado, defende os velhos oligarcas brasileiros serem detentores de uma sabedoria. Ela lhes permitiu organizar a sociedade de modo a evitar rupturas de modo afetarem o equilíbrio social! Aqui?!

Na conjuntura na qual foi publicado o livro (1933), estes coronéis nordestinos estavam, momentaneamente, alijados da direção política. Porém, Gilberto Freyre defende: eles deveriam estar presentes na nova configuração do poder para orientar o processo de desenvolvimento urbano-industrial.

E quanto ao dinheiro emancipador dos pauperizados? Escravos puderam o acumular e comprar a alforria? Libertos comprar terras?

Réis (Rs) era o nome derivado do Real, moeda portuguesa dos séculos XV e XVI, época da conquista e colonização do território brasileiro. *Mil réis* (1:000\$000 era *um conto de réis* ou um milhão de réis) designavam a unidade monetária e réis os valores divisionários no sistema de base milesimal.

O período de vigência desse padrão monetário vai do início da colonização (início do século XVI) até o dia 30 de outubro de 1942, quando se adotou o cruzeiro (Cr\$). Em 1568, houve a determinação real, autorizando a circulação de moedas portuguesas na terra conquistada. É de 1575 o primeiro documento onde se utiliza a expressão “réis”, mas apenas em 1645 foi oficializado o nome de “réis” como moeda e uma lei de 1833, sob a Regência Trina no 2º. Império, durante a menoridade de D. Pedro II, reorganizou o sistema monetário do Brasil independente.

No livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, em mais de mil páginas, encontram-se só em 31 vezes o uso da expressão “dinheiro”. Foram mais da metade (16 vezes) no Prefácio da 1ª. edição.

No entanto, foi importante salientar: “a casa-grande patriarcal não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, Santa Casa, harém, convento de moças, hospedaria. Desempenhou outra

função importante na economia brasileira: *foi também banco*. Dentro das suas grossas paredes, debaixo dos tijolos ou mosaicos, no chão, *enterrava-se dinheiro*, guardavam-se joias, ouro, valores.”

Banco muitas vezes sem credibilidade: “Os dois fortes motivos das casas-grandes acabarem sempre mal-assombradas (...) com almas de senhores de engenho aparecendo aos parentes ou mesmo estranhos pedindo padres-nossos, ave-marias, gemendo lamentações, *indicando lugares com botijas de dinheiro*. Às vezes *dinheiro dos outros* do qual os senhores ilicitamente se haviam apoderado. Dinheiro que compadres, viúvas e até escravos lhes tinham entregue para guardar. Sucedeu muita dessa gente ficar sem os seus valores e acabar na miséria devido à esperteza ou à morte súbita do depositário.”

Cita outros substitutos de bancos. “*Também os frades desempenharam funções de banqueiros nos tempos coloniais*. Muito dinheiro se deu para guardar aos frades nos seus conventos duros e inacessíveis como fortalezas. Daí as lendas, tão comuns no Brasil, de *subterrâneos de convento com dinheiro ainda por desenterrar*.”

Freyre acha natural “na noção de *propriedade* como na de *outros valores*, morais e materiais, inclusive o da vida humana, seja ainda o Brasil um campo de conflito entre antagonismos os mais violentos. No tocante à *propriedade*, para nos fixarmos nesse ponto, entre *o comunismo do ameríndio* e *a noção de propriedade privada do europeu*. Entre o descendente do índio comunista, *quase sem noção de posse individual*, e o descendente do português particularista, este até princípios do século XIX viveu, entre alarmes de corsários e ladrões, a *enterrar dinheiro em botija*, a esconder bens e valores em subterrâneos, a cercar-se de muros de pedra e estes, ainda por cima, ouriçados de cacos de vidro contra os gatunos.”

Freyre demonstrou ser *tolerante com a intolerância religiosa*: “Para conter os ódios quentes, fervendo, contra a minoria israelita, se organizou o Tribunal do Santo Ofício, reunindo à função de examinar as consciências e *detendo o poder de examinar a frio e metodicamente os bens acumulados por mãos de herege*. Os judeus haviam se tornado antipáticos menos pela sua abominação religiosa e mais pela falta completa de delicadeza de sentimentos, tratando-se de *questões de dinheiro com os cristãos* [cobrança do crédito solicitado e concedido].

Suas fortunas acumularam-se principalmente pela *usura*, proibida pela Igreja aos cristãos, ou pelo exercício, na administração pública, nas grandes casas fidalgas e mesmo nas corporações católicas, de cargos convenientes aos interesses dos cristãos latifundiários serem exercidos por indivíduos desembaraçados de escrúpulos católico-romanos e das leis da Igreja.” Afinal das contas, eles sabiam lidar com o dinheiro de maneira impessoal e contratual...

Freyre expressa, em pleno ano de 1933, no período de ascensão do nazismo alemão, *um antissemitismo*: “os judeus desde o começo do período visigótico souberam impor-se entre os povos peninsulares como *negociantes de escravos e credores de dinheiro*. (...) Inimigo do trabalho manual, o judeu desde remotos tempos inclinou-se à escravidão.”

No último país das Américas a extinguir a escravidão, ele a normaliza como legítima por parte dos senhores de engenho. “Ao sentirem aproximar-se a morte, pensavam os senhores nos seus bens e escravos em relação com os filhos legítimos seus descendentes; os testamentos acusam a preocupação econômica de *perpetuidade patriarcal* através dos descendentes legítimos. (...) Preocupado com a paz de sua alma de grande pecador (...) determina *várias maneiras de ser dividido*

seu dinheiro: esmolas de cinquenta mil-réis aos irmãos da Misericórdia, de vinte cruzados aos pobres; ofícios de lições cantadas em intenção de sua alma; trinta mil-réis para um alampadário de prata destinado à capela do engenho; vinte cruzados à Confraria do Santíssimo Sacramento; seis ou três mil-réis a outras confrarias. Uma *grande dispersão de dinheiro*, em prejuízo da perpetuidade e coesão patriarcal dos bens nas mãos dos filhos legítimos.”

Gilberto Freire salienta: “Raro senhor de engenho morreu sem deixar alforriados, no testamento, *negros e mulatas de sua fábrica*. É verdade ‘o alforriado’, observa Alcântara Machado, referindo-se aos escravos das fazendas de São Paulo, nos séculos XVI e XVII, ‘é muita vez *um bastardo*, fruto dos amores do testador ou de pessoa da família com uma negra da casa’. *Bastardos e filhos naturais* – qual senhor de engenho não os deixou em grande número?” Era um conservador.

Raízes do Brasil por Sérgio Buarque de Holanda

Brasílio Sallum Jr., no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Raízes do Brasil*, de autoria de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Foi publicado em 1936.

Sua questão central é entender o processo de transição sociopolítica vivido pela sociedade brasileira nos anos 1930 e depois, na década de 40. Nesta ocasião, o livro foi bastante modificado.

Examina as concepções, instituições e formas de vida gestadas por nossos antepassados, pois elas ainda oprimem o cérebro dos vivos.

Raízes do Brasil não reconstrói a história da sociedade brasileira, mas sim examina formas de sociabilidade. Seu objeto é reconstruir os fragmentos das formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas no passado, mas ainda fazendo parte da *identidade nacional*, apesar de estar já em via de ser superada, quando foi publicado.

Não é um livro de História. Mas usa a matéria legada pela história para identificar as amarras bloqueadoras, naquele momento presente, do nascimento de um futuro melhor.

O objeto de reconstituir a identidade nacional brasileira visava revelar aquilo capaz de nos singularizar como sociedade. Não se tratava apenas de reconstituir a identidade brasileira “tradicional”, provocadora da tensão social e política muito presente, mas sim mostrar como o arcaico tendia a ser superado pela sociedade brasileira em re-evolução.

Assim, a identidade brasileira estava *em devir*, ou seja, em um processo de evolução em aberto.

Em cada momento da construção, a sociedade brasileira não deixava de ser portadora de ambiguidade, por ser uma sociedade nova, fruto da colonização europeia, mas sem se amoldar bem à sua herança.

A identidade brasileira era problemática, fraturada e ainda em devir. Na Península Ibérica, Sérgio Buarque encontra o pilar central desta identidade em construção: lá predominava *a cultura da personalidade*, a valorização extremada da pessoa em busca de sua autonomia em relação aos seus semelhantes.

Para os ibéricos, o índice de valor de um Homem podia ser inferido da extensão na qual não dependa dos demais. O sentimento da dignidade própria de cada indivíduo, mesmo tendo se universalizado, inclusive entre os plebeus, nasceu da nobreza, como *ética de fidalgos*, isto é, filhos de algo/alguém de uma família/clã pertencente a uma dinastia.

A burguesia mercantil ascendente, em vez de contrapor-se a ela, assimilou-a. Em Portugal, havia fidalgos em todas as ocupações ou castas.

A frouxidão da estrutura social e a permeabilidade das hierarquias – em contraste com as barreiras existentes onde o feudalismo imperava – permitira artesãos e mercadores citadinos ascenderem socialmente em Portugal sem grandes obstáculos. Isto já época da Revolução de Avis, no século XIV. Os reis da dinastia de Avis estavam estreitamente ligados à burguesia.

A aliança prosperou porque ambas desejavam iniciar uma expansão marítima. Era a estratégia geoeconômica de assegurar a Portugal o controle de portos comerciais lucrativos:

- para a casta dos mercadores, a expansão traria maiores lucros,
- para a casta da aristocracia governante, mais impostos.

Isso proporcionou a Portugal a primeira monarquia centralizada da Europa. Propiciou os recursos necessários para a ascensão do Absolutismo.

A casta dos mercadores não precisou, em Portugal, adotar um modo de viver e pensar absolutamente novo. Ao contrário, procurou associar-se à antiga casta dirigente e assimilar muitos dos seus princípios, ou seja, *guiar-se pela tradição* em lugar de ser pela *razão mercantilista* fria e calculista.

Então, no mundo ibérico, a cultura da personalidade associa-se a uma falta de hierarquia organizada. Nela, os privilégios hereditários deixam de ter a influência decisiva.

Importa menos o nome herdado em comparação ao prestígio pessoal, relacionado com “a abundância dos bens de fortuna, os altos feitos e as altas virtudes”. Só lhes eram recusadas as honras, enquanto vivessem de *trabalho manual*, algo malvisto pelos nobres, porque este era atribuído a servos ou escravos.

O personalismo ibérico, fazendo a apologia da autonomia da pessoa, concebia a ação manual sobre as coisas como aceitação de uma lei estranha ao indivíduo nobre. Aviltaria e prejudicaria a própria dignidade.

“Trabalhar como um mouro” era coisa de pobres escravos! *O ócio* importa mais em vez de *o negócio*! Aí, que preguiça...

Ao exaltar o mérito *pessoal* – riqueza, feitos ou virtudes – frente aos privilégios herdados, *o personalismo* distingue-se do pensamento dinástico predominante no feudalismo, mas afasta-se também de *o individualismo*. Este pressupõe uma igualdade essencial entre os homens.

Para *o personalismo*, ao contrário, a desigualdade é o resultado inevitável da competição entre eles:

- alguns homens seriam mais, outros menos talentosos;
- uns menos, outros mais dependentes;

- uns mais “iguais” (amigos), outros menos apadrinhados.

O personalismo é um individualismo aristocrático. Isto quando há *uma aristocracia aberta ao talento*.

As tendências anárquicas inerentes à exaltação da personalidade e às dificuldades de gestão de formas livremente pactuadas de organização social convertem *o governo no único princípio organizador* das sociedades ibéricas.

A estabilidade política assim imposta só poderá surgir de uma alternativa à renúncia da personalidade e à autonomia da pessoa. Teria em vista um bem maior. Conduziria à *obediência cega*, inclusive a uma potência externa aliada como a Inglaterra.

Entre os povos ibéricos, “*a vontade de mandar e de cumprir ordens* são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter com a inclinação à anarquia e à desordem”.

Sérgio Buarque de Holanda atribui boa parte do sucesso português às suas particulares inclinações de conduta ou às “determinantes psicológicas” do seu movimento de expansão colonial.

Sua singularidade histórica é demarcada através da construção de *dois tipos sociais contrapostos*, expressões de formas divergentes de orientação das atividades humanas. Eles se relacionam à transformação do mundo material:

- *o aventureiro* valoriza tanto o objetivo final de modo os meios lhes parecerem secundários, quase supérfluos;
- *o trabalhador*, pelo contrário, concentra-se mais nos meios, na dificuldade a vencer, em vez de ser no objetivo a alcançar – os instrumentos e não o fim.
- *o aventureiro* ignora as fronteiras, vive dos espaços ilimitados, mas quer suprimir o tempo, sua paixão é o resultado imediato;
- *o trabalhador*, ao invés, persiste em seu esforço mesmo quando o resultado custa a ser atingido, sua percepção de espaço é restrita, concentra-se na parte, evitando desperdiçar os meios.

Na época da conquista e colonização dos novos mundos, o trabalhador teria tido um papel muito pequeno, ao contrário do aventureiro.

Nisto, Sérgio Buarque tem uma visão antagônica à do Gilberto Freyre:

- para Buarque, teria predominado, nas conquistas das Américas, *o tipo aventureiro* entre portugueses, espanhóis e ingleses;
- para Freyre, aqui teria predominado uma miscigenação entre etnias de povos distintos, aliás como ocorreu também nos Estados Unidos, possibilitando a expansão produtiva das grandes *plantations* agrícolas.

O espírito de aventura, característico da colonização portuguesa, teria sido expresso pela *ânsia de prosperidade sem custo*. Apreciam títulos honoríficos e riqueza fácil sem custar o próprio trabalho manual.

Este espírito de aventura orientou a colonização, estimulando os portugueses a:

1. se adaptarem às circunstâncias,
2. copiarem o já feito antes, ou
3. adotarem as rotinas comprovadas em etnias dos outros povos, indígenas e/ou africanos.

No entanto, além de copiar, a colonização tendeu a ser perdulária em relação aos meios disponíveis. Por exemplo, a ninguém ocorria recuperar solos gastos, pois a regra era os lavradores buscarem novas terras, mato adentro. Até hoje a sequência habitual é: queimada/desmatamento-pecuária extensiva-plantação-exaustão do solo.

A mesma transitoriedade e o mesmo amor ao ganho fácil dominavam também os ofícios urbanos. Poucos indivíduos dedicavam-se a vida inteira a uma só atividade sem se deixar atrair por outro negócio aparentemente mais lucrativo. Raro era um ofício perdurar em uma mesma família por mais de uma geração.

Talvez, hoje, em algumas profissões universitárias, encontra-se essa tradição familiar, mas é mais comum, aparentemente, o contrário. Busca-se e encontra-se ocupação fora da profissão onde se formou no Ensino Superior.

Além da disposição para a aventura, outras condições culturais e materiais contribuíram para o êxito da colonização portuguesa. A ausência de “orgulho de raça” entre os portugueses, resultante em grande parte da mestiçagem ocorrida no próprio reino com os mouros, teria facilitado a *assimilação dos dominado*.

Agiria como dissolvente de qualquer ideia de separação de castas ou raças? De raças, sim; de castas, não.

O *personalismo* levou à dificuldade de gerar e manter formas de associação entre indivíduos autônomos orientadas para objetivos comuns e à estigmatização dos trabalhos manuais. No entanto, favoreceu o predomínio na sociedade colonial das *relações pessoais*, marcadas pelo afetivo e o emotivo ou o irracional.

Dificultou o surgimento de formas de organização social mais amplas, não baseadas em vínculos familiares, como as corporações urbanas de ofícios. Como consequência da grande exploração rural escravista, as cidades e as organizações de artesãos livres tiveram aqui na colônia poucas condições estruturais de se desenvolverem.

Os serviços urbanos-industriais, assim como a rede bancária, passam a se desenvolver após a II Grande Guerra Mundial. A mão-de-obra é expulsa do campo para as cidades quando as conquistas trabalhistas se alastram.

O sucesso da colonização dos portugueses, segundo a resenha de Brasília Sallum Jr. do livro *Raízes do Brasil*, a resenha deveu-se, então, a:

1. a sua ética aventureira,
2. a algumas características culturais, como falta de orgulho de “raça”, catolicismo, etc.,
3. a facilidade de adaptação dos meios materiais e humanos às condições naturais e históricas lhes oferecidas.

O que explicaria o malogro da colonização holandesa?

- Essencialmente, a dificuldade de adaptação às condições da colônia.
- Tinham espírito de empreendimento metódico e coordenado, capacidade de trabalho e coesão – qualidades ausentes no personalismo ibérico –, mas os colonos “flamengos” atraídos para o Nordeste brasileiro e a urbanização extemporânea da sua empresa colonial sofreram “choques naturais e culturais”.
- Colonos recrutados na Europa entre cosmopolitas instáveis e predominantemente urbanos concentraram-se na cidade do Recife.
- Esta passou a “viver por si e para si”, isto é, sem articulação real com a grande exploração agrária (produção açucareira) na qual se fundava a riqueza da colônia portuguesa.
- Emprestaram dinheiro em excesso para senhores de engenho, estes imobilizaram os recursos em compra de escravos e capital imobiliário, diante de um ciclo de queda dos valores da *commodity* “açúcar”, entraram em inadimplência e houve extraordinária carência de liquidez em Recife, sinalizando a falência do empreendimento da Companhia das Índias Ocidentais.

Uma das teses centrais de *Raízes do Brasil* é a nostalgia desta organização compacta – a *família patriarcal* –, onde prevaleciam, necessariamente, as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar a sociedade brasileira. Influenciava a nossa vida pública, todas as nossas atividades econômicas e políticas.

A *família patriarcal* foi o elo social através do qual a tradição personalista e aventureira, herdada dos colonizadores portugueses, se aclimatou entre nós. Ela acabou por imprimir sua marca na sociedade como um todo.

Na *ausência de uma burguesia urbano-industrial independente*, as principais ocupações cidadinas acabaram sendo preenchidas por donos de engenhos, lavradores ou seus descendentes. Eles acabaram por transpor para as cidades a mentalidade, os preconceitos e, na medida do possível, o estilo de vida originário dos domínios rurais.

A *mentalidade da Casa Grande* teria invadido, assim, as cidades e conquistado todas as ocupações. Viria daí a valorização generalizada do exercício da inteligência por contraposição às atividades requerentes de algum esforço físico: o anel de doutor ou o diploma de bacharel foram distinções de “artes liberais” em oposição às “artes manuais”.

Neste *universo mental personalista* são absorvidas com facilidade as *ideias individualistas do liberalismo econômico*. Passaram a predominar a partir do século XIX na Inglaterra.

No caso brasileiro, até os anos 30, o Estado não seria nada além de uma ampliação do círculo familiar. Porém, Sérgio Buarque alerta não existir uma gradação, mas, pelo contrário, uma descontinuidade e até uma oposição entre as duas ordens.

Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar nasce o Estado nacional. O simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade.

Esse processo através do qual a Lei Geral supera a Lei Particular tem sido, até hoje, na terceira década do século XXI, acompanhado de *crises políticas mais ou menos prolongadas*.

A família de tipo patriarcal, antes predominante, tende a absorver intensamente os seus membros na comunidade doméstica, marcada:

1. pelos laços do afeto e de sangue em clãs ou “famílias”,
2. pela reduzida autonomia e senso de responsabilidade própria de seus membros.

Isso se choca com certas virtudes “anti-familiares” como:

1. o espírito de iniciativa pessoal e
2. a concorrência entre cidadãos.

O indivíduo formado em um ambiente dominado pelo patriarcalismo dificilmente conseguirá distinguir entre o domínio privado e o domínio público.

No Brasil, quase sempre predominou, tanto na administração pública com em outras áreas, o modelo de relações gerado na vida doméstica. Esta é a esfera dos laços afetivos e de parentesco.

A conformação da vida societária em geral pelo molde derivado da vida rural e patriarcal produz no plano psicossocial aquilo visto por Buarque como “a contribuição brasileira para a civilização”: *a cordialidade*.

Caracterizariam o *Homem Cordial brasileiro* sentimentos emocionais:

1. a gentileza no trato,
2. a hospitalidade,
3. a generosidade,
4. a inimizade dos desafetos discordantes de sua conduta.

A revolução brasileira trata-se do deslocamento do centro de gravidade da vida social brasileira dos domínios rurais para os centros urbanos.

A abolição da escravatura foi, para Sérgio Buarque, o marco divisor entre duas épocas:

1. aquela na qual o rural dominava e
2. a quando as cidades passaram a predominar.

O tema central do final do livro *Raízes do Brasil* é exatamente a tensão entre:

1. as expressões políticas legadas pelo passado e
2. as novas condições urbanas e industriais.

O descompasso não se deve à não substituição dos *dirigentes políticos*. Isto seria um remédio aleatório ou uma saída superficial, quando não precedida por *reformas estruturais da vida social*.

A crença de os bons governos e a boa sociedade dependerem da sabedoria e da coerência de leis teria presidido toda a história dos países ibero-americanos. Por isso, seria enganadora ou vã a tentativa de reformar a vida política impondo-lhe “sistemas, leis ou regulamentos de virtude comprovada” em outras sociedades.

A importação de instituições republicanas norte-americanas e/ou francesas foi tropicalizada e antropofagicamente miscigenada. Ajustou-se aos velhos padrões patriarcais e coloniais: *caudilhismo e liberalismo, neste país tropical, se miscigenaram.*

Aqui é o velho mundo, onde personalismo e oligarquia têm encarnação sociopolítica, quando facções de outras castas – dos sábios-intelectuais e dos comerciantes-financistas (PSDB) ou dos trabalhadores organizados (PT) – se aliam com a casta dos aristocratas latifundiários (PMDB e PL). Em particular, a subcasta dos sábios-sacerdotes pentecostais se partidariza em busca de ganhos legislativos como isenções fiscais para seus templos.

Esta casta dos oligarcas governantes (“centrão”) sempre se mantém no Poder. Muda apenas o aliado da vez, quando não apela à casta dos guerreiros em ditaduras militares, não incomuns ao longo de nossa história.

“Revoluções” instauram governos fortes para “salvar” a sociedade de suas tendências anárquicas. Reversamente, os contragolpes instalam governos fortes para restaurar *a liberdade dos particularismos*, inclusive militares, antes excluídos do centro do poder.

Tanto *o caudilhismo*, quanto *o liberalismo*, ambos estariam para Sérgio Buarque em oposição à verdadeira democracia. Ele a denomina de “despersonalização democrática”.

Diante do descompasso entre a sociedade e a política, no Brasil, seria necessário:

1. ir mais fundo e mudar a própria substância da política brasileira tradicional,
2. incluir no Estado as camadas sociais antes excluídas,
3. romper com o padrão oligárquico de mando, democratizá-lo efetivamente,
4. substituir as revoluções horizontais (entre castas) por uma revolução vertical (com inclusão de representantes populares dos párias).

E quanto à economia, em particular, ao dinheiro, este livro sobre a identidade nacional nada diz? Quanto ao vil metal, ele se omite.

Entretanto, Sérgio Buarque narra: “mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de *reformas* como a registrada precisamente nos meados do século passado [XIX] e especialmente nos anos de 1851 a 1855. Em 1851, tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas. Na mesma data, funda-se o segundo Banco do Brasil, reorganizado três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural e Hipotecário e mesmo sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854, abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país — os 14,5 quilômetros entre o porto de Mauá e a estação do Frágoso. A segunda irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo e começará a ser construída em 1855.”

Buarque é um raro historiador brasileiro a destacar “a organização e expansão do crédito bancário, literalmente inexistente desde a liquidação do primeiro Banco do Brasil, em 1829, e o consequente estímulo à iniciativa particular; a abreviação e o incremento dos negócios, favorecidos pela rapidez maior na circulação das notícias; o estabelecimento, enfim, de meios de transporte

modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do Império são algumas das consequências mais decisivas de tais sucessos”.

Ele acrescenta: “a riqueza oriunda dos novos tipos de especulação provocados por esses meios tendia a ampliar-se, não só à margem, mas também e sobretudo à custa das tradicionais atividades agrícolas”. Diz: “o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a *uma liquidação mais ou menos rápida de nossa velha herança rural e colonial*, ou seja, da riqueza fundada no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura.”

Em 1936, ele avizinhava o *ponto de ruptura na história econômica brasileira*. Mais além da industrialização, a expansão de serviços urbanos ocupa praticamente 80% do total de ocupados. Os serviços geram mais de 2/3 do valor adicionado nas diversas atividades econômicas no Brasil, tendo alcançado quase 3/4 em alguns anos recentes.

Formação do Brasil Contemporâneo por Caio Prado Júnior

José Roberto do Amaral Lapa, no livro *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico* (Lourenço Dantas Mota (org.); São Paulo; Editora SENAC; 1999), resenha o livro clássico da historiografia brasileira, *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia* de autoria de Caio Prado Júnior, publicado em 1942.

Este terceiro Prado na linhagem intelectual – depois de Eduardo Prado (*A Ilusão Americana*) e Paulo Prado (*Retrato do Brasil*) – desse clã da casta de aristocratas produtores de café comprova o equívoco da *tese do obreirismo*. Esta defende só entre os trabalhadores manuais surgir intelectuais e/ou políticos defensores da classe obreira ou operária.

Sem a costumeira rigidez da ortodoxia que marca muitas dessas suas obras, o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* é concebido e tem suas interpretações e conclusões pautadas pelo pensamento dialético marxista.

O livro é estruturado em três grandes partes, intituladas, respectivamente, de “Povoamento”, “Vida Material” e “Vida Social”, antecedidas de uma “Introdução” e um texto sobre o “Sentido da Colonização”. O subtítulo do livro adverte que tratará apenas da “Colônia”, isto é, os três primeiros séculos da história do Brasil. Seu plano editorial de dar continuidade a essa obra não se efetivou.

Porém, ele privilegia o primeiro quartel do século XIX. Ele conteria a “chave precisa e insubstituível” para podermos compreender, conhecer e interpretar o processo histórico responsável pelo Brasil.

O processo de colonização permitiu se esboçar uma nacionalidade brasileira. Ela foi aos poucos se distanciando de seu modelo europeu.

Foi algo relativamente novo em termos de sociedade, mentalidade e cultura. Além da especificidade de transferência de uma Corte da Metrópole para a Colônia, em 1808, foi movida também por elementos geográficos, econômicos, sociais e políticos dos quais emergiram *um sistema complexo e original*.

Daí apresenta sua *tese principal*: o fato de ser algo novo não logrou, todavia, gerar uma autonomia e dinâmica próprias, capazes, depois da Independência política, de construir uma Nação com menos desigualdade, injustiça e mais desenvolvimento e soberania.

O sistema capitalista imposto do exterior condicionou os agentes econômicos, grupos e classes sociais a uma *subalternidade*. Comprometeu todo o processo a ponto de, no momento decisivo, mostrar-se ainda longe dessas correções de rumo. Continuou prevalecendo uma ordem social colonial.

Se essa ordem é impositiva e tem origem externa, para corresponder a ela engendra-se, internamente, mas com o consentimento e o concurso dos centros externos de decisões, uma solução capaz de comprometer, definitivamente, a realidade histórica. A escravidão deixará um legado a ponto de chegar até os dias da República contemporânea.

Esta tese central do livro está explicitada em seu preâmbulo, quando fala no *sentido da colonização*. Esse conceito manifesta-se caso a história de um povo seja observada em longa duração e seus acontecimentos essenciais vistos em conjunto.

A unidade conservada lhe confere a especificidade capaz de o distinguir dos demais. Contudo, se o apartar do sistema colonial, desde o século XVI, mesmo na transição para o sistema capitalista.

O Brasil, sua conquista territorial e colonização, é parte do grande movimento engendrado pelo capital mercantil. Deu-se graças às descobertas e avanços tecnológicos com os quais se aceleraram e se internacionalizaram as navegações e, depois, as comunicações.

Foi apenas um vasto empreendimento comercial, sem maiores preocupações em construir uma sociedade unitária e integrada. Tratou-se de uma espécie de empreendimento de exploração do extrativismo comercializável até a grande agricultura de exportação, capaz de atender aos interesses europeus de consumo.

Esse condicionamento conferiu à colônia portuguesa nas Américas cumprir o papel de simples fornecedora de produtos tropicais para os mercados europeus. Porém, ela transcende a instância política do Estado absolutista português, para identificar-se com a própria vida da sociedade colonial.

Então, ela se transforma em sociedade nacional após a Independência política em 1822. Mas permanece o estatuto colonial capaz de a inferiorizar e constringer as tentativas de rompimento.

Caio Prado Júnior caracteriza o Brasil como uma feitoria da Europa. A evolução econômica de colônia, alternando fases de prosperidade com fases de aniquilamento total, instaurou um longo processo ainda em pleno desenvolvimento, no ano de 1942, em busca de maior autonomia relativa.

Quanto à existência ou não de um mercado interno no Brasil, dentro do sistema colonial, ou um comércio intra-colonial, Lapa apresenta sua divergência com o Caio Prado: ambos mercados (externo e interno) conseguem, em diferentes conjunturas e regiões da colônia apresentar um certo grau de autonomia e dinâmica. Foram capazes de conferir-lhe um desempenho não necessariamente atrelado apenas à grande lavoura de exportação.

Caio Prado não dá a devida importância à *agricultura de subsistência*, bem como à população a ela entregue, designando tal lavrador como modesto e mesquinho. Ele também não deixa de condenar a destruição florestal e a lavoura predatória da *agricultura de exportação*.

Demonstra seu viés marxista de mostrar uma história desgraçada seguida da possibilidade de uma ruptura determinante de um devir otimista. Serão revolucionárias essas contradições?

A casta dos aristocratas latifundiários se transforma em governantes sob os auspícios da casta dos comerciantes-industriais-financistas. A conciliação entre etnias representa conflitos de interesses amortizados pelo mito da “democracia racial”, onde cada qual sabe qual é “o seu lugar”.

Caio Prado insiste na conclusão de “pretos boçais e índios apáticos” só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas. A massa de população livre fica comprimida entre senhores e escravos, composta pelos desclassificados de toda ordem, no seu entender o grande ônus da sociedade colonial.

Nela, em 1942, não vislumbra nenhum germe para nascimento de um sujeito revolucionário sob a forma de uma classe operária organizada.

Todas as demais instituições, além do clã da família patriarcal e da Igreja, as duas vigas nas quais se fundamenta o grande domínio da sociedade colonial organizada, estarão sujeitas a gravitar em termos de poder, riqueza e autonomia à volta do domínio patriarcal.

Na linha de sua tese central, a cidade não é senão “um apêndice rural, um puro reflexo do campo”. Afirma: “nos povoados quem na verdade mora são só comerciantes, vadios e prostitutas”!

Sendo assim, considerando ainda a mediocridade da administração portuguesa na colônia, bem como a administração metropolitana responsáveis pelos negócios da colônia, nós “brasileiros” não conseguimos livrar-nos dessa herança, como fosse genética, e *somos o que somos*: um país de pobres e miseráveis. *Somos um país rico com um povo pobre*, cujo desafio é superar essa herança para encontrar seu próprio destino.

A tese de Caio Prado perde sua extensão em termos de cobrir toda a nossa trajetória histórica. Os determinantes da colonização portuguesa, dois séculos após a Independência, e o próprio caldo étnico originário se mesclou com os novos contingentes oriundos da Europa e da Ásia. Foram portadores de variantes capazes de desfigurarem a suposta boçalidade e apatia das contribuições iniciais, sem o círculo fechado ser, todavia, decisivamente rompido.

Nesse embate confrontam-se dois Brasis:

1. um organizado, com certa coerência e solidariedade, mas marcado pela corrupção, inépcia e dissolução,
2. outro desorganizado, vegetativo e daí inerme.

O que fazer, então?

O Brasil já viveu alguns momentos decisivos para as transformações esperadas. Entretanto, como sabemos, não se deram.

Mas, crê Caio Prado Jr., haverão outras oportunidades eventuais. Isto caso *o sujeito revolucionário*, isto é, o próprio povo brasileiro, esteja preparado para as aproveitar.

Quanto a *dinheiro*, encontram-se quatro citações em suas 534 páginas em arquivo epub. Todas elas (abaixo) são sugestivas.

Na primeira, Caio Prado Jr. apresenta como principal tributo na colônia portuguesa o *dízimo*. “Constituía um antigo Direito eclesiástico, cedido pela Igreja, nas conquistas portuguesas, à Ordem de Cristo, e se confundiu mais tarde com os do rei, o qual se tornou, como se sabe, Grão-Mestre da Ordem. Como o nome indica, o *dízimo* recaía sobre a décima parte de qualquer produção.”

“O que dele sofreu a população não é fácil descrever. Já por si, trata-se de um tributo pesado: *10% da produção bruta*. Mas isto ainda é o de menos; muito pior foi a forma com a qual se cobrava, *em espécie*, em vez de ser *in natura*, como se devia entendê-lo e como fora efetivamente no passado remoto da Monarquia. Obrigava-se o produtor a satisfazer em *dinheiro* o valor de uma parte apreciável de um produto ainda não realizado, e que era mais ou menos arbitrariamente avaliado pelos ‘*dizimeiros*’.

Compreende-se o efeito catastrófico desta cobrança em uma economia como a da colônia, *onde a moeda escasseava e o crédito era praticamente inexistente*, pelo menos para a maior parte das necessidades e das pessoas. Salvo o caso das grandes lavouras altamente remuneradoras e bastante seguras, *ninguém ousava produzir nada mais além do estritamente necessário para o consumo próprio ou para um mercado absolutamente garantido e conhecido de antemão*.”

Mas adiante, Caio Prado Jr. dá uma ideia de como ia pelos conventos do Brasil em matéria de costumes e corrupção. “A geral e persistente grita dos povos *contra os tributos eclesiásticos* é aliás um sintoma bem sensível do caminho tomado pelo clero colonial. (...) “*Eles só querem dinheiro – e não se embaraçam se não tiver bom título*”.

Expõe “a “ideia” de a Independência constituir a força propulsora da renovação a se operar no seio da colônia. “Mais coerente com os acontecimentos são as várias ideias da separação da federação, da liquidação do português vendeiro ou taberneiro (esta última, sobretudo, andava na boca de todo mundo), bem como outras que também se agitavam, embora fossem menos salientes: *a libertação dos escravos, a supressão das barreiras de cor e de classe*.”

Essas várias ideias não eram senão reflexos, no pensamento dos indivíduos de situações objetivas, exteriores a qualquer cérebro. Estavam nos fatos, nas relações e oposições dos indivíduos entre si:

- o senhor de engenho ou fazendeiro devedor perseguido pelo comerciante português credor;
- o pé-descalço cujo vendeiro português não quer como caixeiro;
- o mulato excluído pelo branco da maior parte das funções, desprezado e humilhado;
- o lavrador obrigado a ser espoliado pelo senhor de engenho quando lhe mói a cana;
- o escravo se quer libertar...

Oposições (todas com igual justeza) podem ser vistas pelo lado inverso:

- o comerciante tendo emprestado seu *dinheiro* e não faz senão cobrar o devido;
- o vendeiro a preferir seus patrícios mais diligentes e afins com seu temperamento;
- o branco formado na convicção, inculcada desde o nascimento e oficialmente reconhecida, da superioridade de sua raça;

- o senhor de escravos com necessidade de mão de obra, e não faz mais senão se conformar com o estabelecido nas leis, nos costumes, na moral, em toda ordem estabelecida e reconhecida.

Todos estão com a razão, e cada qual forjará ou adaptará — é este naturalmente o caso mais frequente — alguma ‘ideia’ para seu uso próprio de modo a justificar sua posição e suas pretensões.”

Caio Prado Jr. revela assim os efetivos conflitos sociais no sistema colonial. “Todos estes pequenos conflitos, somados uns aos outros, porão a sociedade colonial em ebulição, preparando o terreno para sua transformação.”

Daí, “de um lado estavam brasileiros proprietários se considerando a ‘nobreza’ da terra, educados em um regime de vida folgada e de grandes gastos, desprezando o trabalho e a economia. De outro, encontrava-se o ‘mascate’, o imigrante enriquecido, formado em uma rude escola de trabalho e parcimônia, e com pretensão fazer sombra com seu *dinheiro* ao prestígio e posição social daqueles. A oposição ao negociante português — mascate, marinheiro, pé de chumbo (o epíteto como o tratam varia) — se generaliza.”

Quando diz respeito ao (pouco) *dinheiro*, os mitos fundadores se desfazem. Difícil crer na Nação Mestiça se revelar ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade...

Formação Econômica do Brasil por Celso Furtado

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Sua *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* é a única obra de autor brasileiro que aparece entre os clássicos da História do Pensamento Econômico.

Seu livro *Formação Econômica do Brasil*, publicado em 1959, foi o livro de Economia com o maior número de indicações pela comissão selecionadora de *200 Livros para Entender o Brasil*.

Ele enfatizava o papel do Estado na economia para superar o subdesenvolvimento. Defendia a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico com base na industrialização.

Na tentativa de explicar as causas do subdesenvolvimento brasileiro, Celso Furtado analisou a história do país considerando o modelo centro-periferia, apresentado no pensamento econômico da CEPAL. Para ele, o Brasil era periferia em relação ao centro, composto por países europeus e pelos Estados Unidos, até o fim do ciclo do café.

Por consequência, o dinamismo do país era dependente das condições econômicas do centro. Além dessa condição, o Brasil possuía uma lógica social e econômica própria na qual uma *economia de subsistência* e com muito baixa produtividade existia ao lado de uma *economia altamente dinâmica* voltada à exportação.

A relação entre as duas caracterizou os diferentes ciclos do país:

1. ciclo da cana-de-açúcar,
2. ciclo do ouro e
3. ciclo do café.

Esse último permitiu o início de um processo de industrialização no país. No entanto, por conta de sua posição de periferia e o dualismo interno, o Brasil teve que constantemente enfrentar dois grandes problemas: *inflação* e *desigualdade de renda*.

A originalidade do enfoque de Celso Furtado foi debruçar-se sobre o passado para esclarecer o presente. Pesquisou, nos cinco séculos da história brasileira, as raízes dos problemas impeditivos do desenvolvimento do país.

Também inovadora foi a combinação do método histórico com a análise econômica, diferenciando-o dos demais clássicos da historiografia brasileira. Esboçou uma visão interpretativa da sociedade brasileira e abriu novos horizontes da compreensão do passado.

Esse “modo amplo de ver”, como escreveu na época o historiador Francisco Iglesias, foi uma das razões para seu colega francês, o historiador Fernand Braudel, considerar *Formação econômica do Brasil* um dos grandes livros de história econômica do mundo.

Entretanto, como mostrarei mais adiante, talvez por anacronismo, padece também seu livro da ausência da análise de constituição (ou não) de um sistema bancário brasileiro em conjunto com informações sobre a circulação monetária no território nacional. Não analisa, em consequência, a dificuldade de alavancagem financeira de empreendimentos, destacadamente industriais, no país.

Apesar dessa carência, Celso Furtado é tido como um dos grandes intérpretes do Brasil. A obra citada representa um marco na história das Ciências Sociais no Brasil.

O livro é dividido em cinco partes. Na Primeira Parte, trata dos fundamentos econômicos da ocupação territorial, da expansão comercial à empresa agrícola, dos fatores do êxito da empresa agrícola, das razões do monopólio, da desarticulação do sistema, compara com as colônias de povoamento do hemisfério norte, analisa as consequências da penetração do açúcar nas Antilhas e mostra como foi o encerramento da etapa colonial.

Na Segunda Parte, trata da economia escravista de agricultura tropical séculos XVI e XVII. Mostra o nível de capitalização e o nível de renda na colônia açucareira, o fluxo de renda e crescimento, a projeção da economia açucareira na pecuária, a formação do complexo econômico nordestino e a contração econômica e expansão territorial.

Na Terceira Parte, trata da economia escravista mineira, no século XVIII, com o povoamento e articulação das regiões meridionais. Faz a análise do fluxo da renda e da posterior regressão econômica, tendo em contrapartida a expansão da área de subsistência.

Na Quarta Parte, trata da economia de transição para o trabalho assalariado século XIX. Mostra seu impacto no Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial, por causa do passivo colonial, crise financeira e instabilidade política. Faz o confronto com o desenvolvimento dos Estados Unidos e destaca o declínio em longo prazo do nível de renda na primeira metade do século XIX. Apresenta a gestação da economia cafeeira e o enfrentamento do problema da mão-de-obra, primeiro com análise da oferta interna potencial, depois com a imigração europeia. Mostra a denominada transumância amazônica. Finaliza-a apresentando a solução do problema da mão-de-obra com a eliminação do trabalho escravo. O nível de renda e ritmo de crescimento, na segunda metade do século XIX, se tornaram dependentes do fluxo de renda na economia de trabalho assalariado, mas com uma tendência ao desequilíbrio externo. Depois, os desafios passaram a ser a defesa do nível de emprego

em quadro de concentração da renda nos empregadores. Após a descentralização republicana, houve a formação de novos grupos de pressão.

Na Quinta Parte, trata da economia de transição para um sistema industrial século XX. Mostra a crise da economia cafeeira e analisa os mecanismos de defesa e a crise de 1929. Provoca o deslocamento do centro dinâmico. A economia brasileira não consegue superar o déficit externo e sua propagação até recorrer ao reajustamento do coeficiente de importações. Por fim, Furtado analisa os dois lados do processo inflacionário e encerra com a perspectiva dos próximos decênios, traçada no final dos anos 50.

O texto corrido tem 252 páginas e os capítulos são relativamente curtos. O foco no desenvolvimento econômico destaca as dificuldades de modernização dos padrões de consumo, adotado pela elite e almejado pelos socialmente excluídos.

Este ideal poderia ser atingido quando houvesse a incorporação de progresso técnico adquiere uma dinâmica endógena. Antes dessa autonomia relativa em tecnologia, outro desafio seria a conquista de *autonomia financeira* com geração de fontes de financiamento internas.

Entretanto, essas premissas históricas, para viabilizar o desenvolvimento, ainda não estavam presentes na economia brasileira então subdesenvolvida. Havia bloqueios estruturais, destacadamente em educação, ciência e tecnologia à inovação e à difusão do progresso técnico.

Eles atrasavam o processo de incorporação do progresso técnico diante do objetivo imediatista de copiar os estilos de vida das economias centrais via importação. A opção pela modernização dos padrões de consumo para a elite socioeconômica como critério orientador do processo de substituição de importações e da incorporação de progresso técnico dificultava empreendimentos capazes de consolidar um mercado interno ao contemplar com emprego e renda o conjunto da população.

Dado o colonialismo cultural e consumista das classes dominantes, são recorrentes as crises cambiais com desequilíbrio do balanço de pagamentos. Também a permanente situação de fragilidade fiscal agrava a crise com a moeda nacional. Furtado destaca a reprodução de heterogeneidades estruturais produtivas, sociais e regionais, mas não a carência de um mercado de crédito e de capitais.

Nesta pista, vamos “seguir o dinheiro” em seu livro. Ao analisar os fatores de repulsão justificadores da emigração inglesa para a colonização de povoamento iniciada na América no século XVII (p. 31) bancos, diz: “ com o fim de fugir de um regime de servidão por tempo limitado e acumular um pequeno patrimônio, a pessoa interessada assinava um contrato na Inglaterra, pelo qual se comprometia a trabalhar para outra por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, ao final do contrato, *um pedaço de terra ou uma indenização em dinheiro*. Tudo indica que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos”.

Muitas páginas depois (p. 56), em um rodapé, Furtado cita o jesuíta Antonil, nos seus “sábios” (sic) conselhos aos senhores de engenho, no começo do século XVIII. Recomendava: “aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar coice. Principalmente na barriga das mulheres, que andam pejudadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir na cabeça a um escravo de préstimo, que *vale muito dinheiro*, e perde-lo. Prerende-los, e

chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode, e deve permitir para ensino”...

Na página 188, o autor refere-se pela terceira e última vez a dinheiro ao apresentar o mecanismo de contração da renda do setor exportador e sua influência no nível da renda global da coletividade. “As causas por detrás desse mecanismo multiplicador são mais ou menos óbvias e refletem a interdependência das distintas partes de uma economia. Ao receberem *menos dinheiro* por suas vendas ao exterior, os exportadores e produtores ligados à exportação reduzem suas compras. Os produtores internos afetados por essa redução também reduzem as suas, e assim por diante”.

Investiguemos então com boa-vontade se encontra-se referência a “bancos” nesta obra clássica de Celso Furtado. Na página 87, ele destaca como a economia inglesa tendeu a concentrar suas inversões no setor manufatureiro, o mais indicado para uma rápida evolução tecnológica: “recebendo a maior parte do ouro então produzido no mundo, *os bancos ingleses reforçaram mais e mais sua posição*, operando-se a transferência do centro financeiro da Europa de Amsterdã para Londres. Segundo fontes inglesas, as entradas de ouro brasileiro em Londres chegaram a alcançar, em certa época, 50 mil libras por semana, permitindo substancial acumulação de reservas metálicas, sem as quais a Grã-Bretanha dificilmente poderia haver atravessado as guerras napoleônicas”.

Na página 112, no início do Capítulo XX sobre Gestação da Economia Cafeeira, aparece pela segunda vez uma referência a banco. “A instalação de um rudimentar sistema administrativo, *a criação de um banco nacional* e umas poucas outras iniciativas governamentais constituíam – ao lado da preservação da unidade nacional – o resultado líquido desse longo período de dificuldades. As novas técnicas criadas pela Revolução Industrial escassamente haviam penetrado no país, e quando o fizeram foi sob a forma de bens ou serviços de consumo sem afetar a estrutura do sistema produtivo”.

Interessante, nesse ponto, Furtado afirma “o problema nacional básico – a expansão da força de trabalho do país – encontrava-se em verdadeiro impasse: estancara-se a tradicional fonte africana sem que se vislumbrasse uma solução alternativa”. Porém, não analisa a razão de carência de oferta bancária de empréstimos de capital de giro para os novos empregadores pagar a massa salarial para ex-escravos...

Na página 171, ressalta “*o sistema monetário do qual dispunha o país demonstrava ser totalmente inadequado para uma economia baseada no trabalho assalariado*. Esse sistema tinha como base uma massa de moeda-papel emitida pelo Tesouro para cobrir déficits do governo e em menor quantidade (cerca de 20% nos anos 1880) por notas emitidas por *bancos* em certas ocasiões com gozo do privilégio de emissão.

Era totalmente destituído de elasticidade e sua expansão anterior havia resultado de medidas de emergência tomadas em momento de crise, ou do simples arbítrio dos governantes. Enquanto prevalecera o *regime do trabalho escravo*, sendo reduzido o fluxo de renda monetária não eram muitos os tropeços criados por esse rudimentar sistema monetário.

Contudo, a partir da crise de 1875, fez-se evidente *a necessidade de dotar o país de um mínimo de automatismos monetários*. Ter-se-ia de esperar, entretanto, até 1888 para o Parlamento aprovar uma imprecisa reforma, a qual o governo imperial relutaria até o fim em aplicar”.

A reforma monetária de 1888 não foi executada pelo que o governo imperial. “No modo como foi aplicado posteriormente, pelo governo provisório, concedeu *o poder de emissão a inúmeros*

bancos regionais, provocando subitamente em todo o país uma grande expansão de crédito. A transição *de uma prolongada etapa de crédito excessivamente difícil para outra de extrema facilidade* deu lugar a uma febril atividade econômica como jamais se conhecera no país. A brusca expansão da renda monetária, acarretou enorme pressão sobre o balanço de pagamentos”.

Na página 181, comenta: “O financiamento desses estoques [reguladores da oferta de café entre 1927 e 1929] havia sido obtido em grande parte de *bancos estrangeiros*. Pretendia-se, dessa forma, evitar o desequilíbrio externo”. O Banco do Brasil e o Banespa também se destacaram nesse financiamento, conforme registra meu livro “Brasil dos Bancos”, publicado em 2012.

Finalmente, na página 228 (de 238 do livro), Furtado acusa. “A rapidez com que se propaga a inflação no Brasil reflete em grande parte a forma *como opera o seu sistema bancário*. Poder-se-ia esperar que os efeitos inflacionários do descompasso entre o aumento da renda monetária do setor exportador e o incremento das importações fossem amortecidos pelas autoridades monetárias, as quais poderiam evitar que o sistema bancário, cuja liquidez estava aumentando, expandisse o crédito.

Sem embargo, *os bancos atuam quase sempre de forma totalmente passiva*. Ao represar-se, no setor interno, o aumento de renda monetária, pressionando sobre os preços de artigos manufaturados, gêneros alimentícios e serviços, *o sistema bancário subministra os meios de pagamento necessários para que se propague a elevação dos preços*.

Seria evidentemente errôneo supor que o sistema bancário é o fator primário da inflação. Esta, conforme vimos, não é em sua origem um fenômeno monetário. Resulta da ação de certos grupos que pretendem aumentar sua participação na renda real”.

Curiosamente, com essa ressalva anti-monetarista, depois de acusar a leniência com a expansão do crédito, Furtado se corrige e coloca, acertadamente, *a inflação como um fenômeno de conflito distributivo*.

A renda acrescida do setor exportador se deparava com uma oferta tornada inelástica por uma política autônoma de importações. Encontrada essa resistência de parte da oferta, começam a surgir as manifestações monetárias do desequilíbrio de preços relativos.

São as únicas, mas importantes citações de Celso Furtado, em sua obra clássica, sobre *dinheiro e bancos*. Os desenvolvimentistas ainda não tinham consciência do papel-chave da *alavancagem financeira* para o processo de crescimento sustentado em longo prazo.

Considerações finais

Através de uma amostra representativa de dez obras clássicas da historiografia brasileira, resolvi pesquisar sobre a presença, ou pior, a ausência de um personagem-chave nas narrativas a respeito da História do Brasil: *dinheiro*. Examinei quantas (e quais) citações de dele podem ser encontradas na *Carta do Pero Vaz de Caminha* (1500), *História do Brasil: 1500-1627* por Frei Vicente do Salvador (1627), *Os Judeus Construtores do Brasil* (2015), *O Brasil Holandês* (1630-1654) por Evaldo Cabral de Mello (2010), *Cultura e Opulência do Brasil* por André João Antonil (1711), *Capítulos de História Colonial* (1500-1800) por Capistrano de Abreu (1907), *Casa Grande & Senzala* por Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil* por Sérgio Buarque de Holanda (1936), *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia* por Caio Prado Júnior (1942), *Formação Econômica do Brasil* por Celso Furtado (1959).

Pouco encontrei. Porém, o encontrado se refere a episódios muito relevantes “para entender o Brasil”. É possível isso sem a narrativa histórica sobre *(a falta de) dinheiro?*

Daí o relevante é o entendimento da razão dessa ausência ou presença tímida como não fosse tema relevante ou fosse algo “sujo” a ser jogado na lata de lixo da história. José Ricardo Martins, em artigo-resenha (*Revista Tempo do Mundo*. v. 3; n. 1; jan. 2017) destaca a busca por uma identidade brasileira e a vontade de nos entendermos como povo serem as motivações dos diversos “intérpretes do Brasil”.

Segundo esse artigo-resenha, a constituição da identidade brasileira incorpora conceitos como a subalternidade, a subcidadania, o mando e a submissão, relações de dependência, desigualdade, passividade, fatalismo, familismo, cordialidade, entre outras qualificações forjadas por meio do colonialismo subalterno, do patrimonialismo, da dominação estamental, coronelismo, autoritarismo e autocracia, democracia restrita, capitalismo dependente, violência física e simbólica, exclusão, relações servis e de privilégios. Estes seriam os temas presentes na realidade (e historiografia) brasileira.

Para o *follow the money* (traduzido para português como “siga o dinheiro”), um bordão em língua inglesa popularizado para iniciar investigações, talvez a maior pista encontrada para explicar por o dinheiro não estar com papel explícito nas narrativas históricas brasileiras tenha sido dada, indiretamente, no livro de Sérgio Buarque de Holanda. Com respeito à família patriarcal, conceito central em Gilberto Freyre, Holanda identifica a autoridade do patriarca ultrapassar a esfera doméstica e estender-se ao domínio público.

Essa “invasão do público pelo privado” não respeita a hierarquia formal das instituições. O tradicional comportamento patriarcal e personalista dificulta o estabelecimento não só do Estado democrático, como reflete Buarque de Holanda, mas também, como eu penso, *a impessoalidade exigida no trato das relações públicas com o pagamento monetário devido*, independentemente de com quem for o (con)trato.

A parcialidade familiar seria incompatível com a atitude imparcial diante dos cidadãos, exigida na esfera republicana. Deve-se execrar os privilegiamentos pessoais.

O conceito mais conhecido na obra de Buarque de Holanda é o de “homem cordial”. Esse “brasileiro” seria regido pelos sentimentos de amor ou ódio: ou a favor de mim ou contra mim. Obedeceria aos casuísmos do afeto e não às normas impessoais.

Submisso à pregação do catolicismo crítico da *usura*, “o brasileiro” recebeu, em lugar da impessoalidade do dinheiro, o peso das “relações de simpatia”. Isso dificultou a incorporação de outros agrupamentos subalternos com base no trabalho assalariado em relação contratual impessoal de troca de atividade prestada por dinheiro.

Pior, perdura a tendência de não achar agradáveis *as relações impessoais*, exigidas no Estado republicano e na economia de mercado. A “cultura do por favor” procura reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo como todos fossem “amigos” na hora do pagamento.

O “homem cordial” acaba sem distinguir, claramente, entre os domínios do privado e do público. Por isso, quando alcança o poder governamental, é *patrimonialista*, preferindo o favoritismo e o “jeitinho”, tendo aversão à impessoalidade.

Há sérias consequências negativas quando se refere ao *trato da coisa pública*. As relações pessoa a pessoa, como fossem um favor e não uma obrigação diante de um direito da cidadania, dificultam se ter uma ordem social mais impessoal e racional no país.

O mito fundador da Nação dos brasileiros oculta sua violência atávica, desde o genocídio dos nativos, passando pela tortura dos escravos, até a exploração dos despossuídos de terra e obrigados a mendigar por um salário mínimo nas cidades. É ilusório o desejo do Darcy Ribeiro de nos reconhecermos como “a Nova Roma, porém melhor, porque *lavada em sangue negro, sangue índio, tropical*. A Nação Mestiça se revelaria ao mundo como *uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade*”.

Nepotismo é um termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou amigos próximos em detrimento de pessoas mais qualificadas e merecedoras na nomeação ou elevação de cargos públicos e políticos. Atualmente, este termo indica a *concessão de privilégios ou cargos a parentes no funcionalismo público*. É diferente de *favoritismo ou amicismo*, pois este não implica nem mesmo relações familiares com o favorecido, basta ser apenas amigo de parente de um conhecido.

Etimologicamente, este termo se originou a partir do latim *nepos*, com significado literal de “neto” ou “descendente”. A palavra era antes usada exclusivamente no âmbito das *relações do papa com seus parentes*. Por esse motivo, um *nepote* seria como fosse “sobrinho do sumo pontífice” ou “conselheiro papal”.

O malfeito pela intolerância inquisitorial é facilmente encontrado com a leitura da historiografia brasileira. A Inquisição foi estabelecida pelo papado, durante a Idade Média (século XIII), com o objetivo de combater a heresia, ou seja, qualquer linha de pensamento contrária a da Igreja Católica. Sua marca foi *a intolerância religiosa*.

A Inquisição espanhola, também conhecida como Tribunal do Santo Ofício, foi instaurada na Espanha em 1478. Seu objetivo principal era a expulsão de judeus e muçulmanos do seu território. Só foi abolida durante o reinado de Napoleão Bonaparte, entre 1808 e 1812, e extinta de forma definitiva em 1834.

Já os judeus refugiados em Portugal logo, em 1497, tiveram de se converter do judaísmo ao catolicismo. Os “cristãos-novos”, para fugir dos métodos de tortura da Inquisição portuguesa com a finalidade obter confissões justificadoras da morte, migraram para a Holanda ou a inóspita colônia portuguesa nas Américas.

Em 1624, ela tinha aproximadamente cinquenta mil habitantes brancos. Estima-se até um terço dos colonos ser “marranos” (cristãos-novos). Durante o curto domínio holandês no nordeste do Brasil (1630-1654), lá foi permitida a prática do judaísmo. Afinal, a Holanda não fazia parte dos países intolerantes sob as leis da Inquisição.

No entanto, novos administradores, designados pela Companhia das Índias Ocidentais como substitutos de Maurício de Nassau, aumentaram os impostos, passaram a *cobrar dívidas antigas* dos senhores de engenho e cortaram a verba para novos financiamentos.

Essa cobrança fez os devedores começarem a organizar a oposição aos holandeses. Os portugueses, com o apoio informal do rei português, começaram a buscar adeptos para o movimento, prometendo-lhes *perdão das dívidas* contraídas com holandeses e judeus.

Esse “calote cristão” é um longo legado desde os guetos nas cidades italianas no Renascimento. Os católicos recorriam aos judeus na hora da necessidade de tomar empréstimos e à Inquisição na hora de os amortizar. Não cumpriam os contratos assinados na *servidão voluntária ao crédito*. Até hoje abominam essa impessoalidade...

A maior parte dos judeus retornou para a Holanda ou emigrou para as Antilhas. Lá, por oferecer um produto de melhor qualidade e mais barato, passou a fazer concorrência ao açúcar brasileiro.

Um pequeno grupo acabou aportando em uma colônia holandesa na América do Norte, chamada Nova Amsterdã, futura Nova York, na época somente um entreposto comercial da Companhia das Índias Ocidentais, organizada em Amsterdã por ações. Vinte e três judeus-brasileiros foram os pioneiros na construção da primeira comunidade judaica da América do Norte.

Manhattan foi gradativamente se urbanizando. Os judeus adquiriram o direito de participar dos negócios da região. Participaram da Guerra de Independência dos Estados Unidos. Em 1792, vinte e quatro mercadores e corretores criaram a Bolsa de Valores de Nova York. Entre eles, encontravam-se três judeus, entre os quais, um de origem “brasileira”. O resto é a história da maior Economia de Mercado de Capitais no mundo...

Essas poucas referências a dinheiro, na historiografia clássica brasileira, dizem muito a respeito da necessidade de nos livrar dos falsos “mitos fundadores”, incapazes de levar à *coesão nacional* menos desigual, senão igualitária. A história estuda as mudanças e as permanências ocorridas na sociedade. Percebe a relação entre o tempo passado e o presente, por exemplo, *os pobres brasileiros continuarem sem dinheiro*.

Pior diante o capitalismo é o meio capitalismo! Apesar de todos seus males, a mudança sistêmica do *regime de escravidão*, sendo o Brasil o último país a extingui-lo nas Américas, e do *regime de servidão feudal*, para os despossuídos de terra, até o *regime de assalariamento* foi um avanço histórico.

Os trabalhadores “livres de (ser e arrendar) propriedade” passaram a ter chances de se educar, barganhar maiores salários com a organização sindical e obter uma mobilidade social ao acumular em bancos certo *dinheiro como reserva de valor*. Por exemplo, hoje, os situados na faixa de renda acima de 5 salários-mínimos (R\$ 6.600) já se colocam entre os 10% mais ricos no Brasil. Agrupados, recebem quase 42% de rendimento habitual de todos os trabalhos.

Como estão próximos ou acima do teto dos benefícios pagos pelo INSS (R\$ 7.507), para manter seu padrão de vida na aposentadoria, necessitam de Educação Financeira. Têm a necessidade de fazer aplicações financeiras adequadas ao longo de sua fase ativa.

Pior diante da “financeirização” é ser conduzido por ela – e não a conduzir para si. Em lugar da crítica preconceituosa, herdeira do cristianismo medieval contra a usura, os denunciadores do capitalismo deveriam estudar seu objeto com honestidade intelectual.

Usura significa simplesmente *juro*, renda ou rendimento de capital. *Juro* é a cobrança de parte do benefício obtido pelo uso por terceiros de seu capital próprio emprestado. Todo contrato de empréstimo, assinado voluntariamente pelo devedor, consta uma cláusula de pagamento de juros por ele ao credor.

Empréstimos devem ser tomados para a *alavancagem financeira*: multiplicar a rentabilidade patrimonial através de endividamento e aumento de escala dos negócios. Resulta da participação de *recursos de terceiros* na estrutura do capital da empresa, somando-os aos *recursos próprios*.

No caso de Finanças Pessoais, há alavancagem financeira, por exemplo, quando se toma um financiamento habitacional e a prestação é inferior ao aluguel antes pago. Pode-se capitalizar essa diferença com juros compostos e somar poupança até conseguir liquidar o saldo devedor.

Pois bem, através de uma amostra representativa das citadas dez obras clássicas da historiografia brasileira, resolvi pesquisar também sobre a presença, ou pior, a ausência de outro personagem-chave nas narrativas a respeito da História do Brasil: *banco*. Examinei quantas (e quais) citações de *banco* podem ser encontradas nessas obras.

Talvez por *anacronismo*, padecem esses livros da ausência da análise de constituição (ou não) de um sistema bancário brasileiro em conjunto com informações sobre a circulação monetária no território nacional. Não analisam, em consequência, a dificuldade de alavancagem financeira de empreendimentos, destacadamente industriais, no país – e a consequente carência de geração de empregos e renda para os trabalhadores.

O *anacronismo* é caracterizado pelo desalinhamento e falta de correspondência entre as particularidades das diferentes épocas, quando fatores próprios de cada tempo são, erroneamente, misturados em uma mesma narrativa. Entretanto, no século XV, surgiram os bancos das Cidades-Estados italianas... e dinheiro existia há milênios, inclusive na Europa, como o Florim, o Ducado, o Real e o Grosso, estas duas moedas de prata e as outras duas moedas de ouro.

No livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, encontrei a seguinte informação: “a casa-grande patriarcal não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, Santa Casa, harém, convento de moças, hospedaria. Desempenhou outra função importante na economia brasileira: *foi também banco*. Dentro das suas grossas paredes, debaixo dos tijolos ou mosaicos, no chão, enterrava-se dinheiro, guardavam-se joias, ouro, valores.”

Era um banco muitas vezes sem credibilidade: “Os dois fortes motivos das casas-grandes acabarem sempre mal-assombradas (...) com almas de senhores de engenho (...) indicando lugares com botijas de dinheiro. Às vezes dinheiro dos outros do qual os senhores ilicitamente se haviam apoderado. Dinheiro que compadres, viúvas e até escravos lhes tinham entregue para guardar. Sucedeu muita dessa gente ficar sem os seus valores e acabar na miséria devido à esperteza ou à morte súbita do depositário.”

Freyre cita outros substitutos de bancos. “Também os frades desempenharam funções de banqueiros nos tempos coloniais. Muito dinheiro se deu para guardar aos frades nos seus conventos duros e inacessíveis como fortalezas. Daí as lendas, tão comuns no Brasil, de subterrâneos de convento com dinheiro ainda por desenterrar.”

No início da colonização, as trocas se davam por meio do tradicional sistema de escambo, onde um objeto era trocado por outro considerado de valor similar, em geral algodão, açúcar e fumo. As poucas moedas eram cunhadas em Portugal. Um governante, em 1614, determinou o açúcar ter valor como moeda.

As primeiras moedas cunhadas no Brasil surgiram durante o período de ocupação holandesa do Nordeste. Com o símbolo da Companhia das Índias Ocidentais (GWC), eram de ouro ou prata, quadradas, com o ano (1645, 1646 ou 1654) de cunhagem gravado, e tinham o valor estipulado em florins, moeda em circulação na Holanda.

Somente 40 anos depois o Brasil voltaria a ter moeda própria com a criação da primeira Casa da Moeda, em 1694, em Salvador. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, ficou mais vantajoso criar outra Casa da Moeda no Rio de Janeiro. Por volta de 1724 haviam três casas da moeda, com uma terceira em Vila Rica ativa até 1735. O Maranhão por um breve tempo mandou cunhar moeda em Portugal.

Em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, foi fundado o Banco do Brasil e iniciou-se a *impressão de papel-moeda*. Visava financiar as altas despesas da corte. Necessitava também financiar o comércio exterior. Porém, a inexistente estrutura financeira não favorecia a venda de suas ações e sequer o início de um sistema bancário. A Nação precisaria de instituições financeiras capazes de *guardar poupanças e mobilizar capital e empréstimos* para seu desenvolvimento. *Autofinanciamento era insuficiente*.

Em 1821, D. João VI retornou a Lisboa e levou consigo a Corte e todos os metais preciosos existentes no Banco do Brasil em troca de suas notas bancárias, possuídas por Sua Alteza e os nobres. O banco virou um *morto-vivo* até sua plena bancarrota em 1829.

O primeiro esforço para estabelecer bancos privados no Brasil concretizou-se no Banco do Ceará, fundado em 1836. Dois anos após, um grupo de capitalistas estabeleceu o Banco Comercial do Rio de Janeiro.

No período 1840-50, a população carioca, estimada em 200 mil habitantes, tinha somente um banco com pouco capital e operações restringidas. Em contraste, a cidade de New York, com população de 312.710 habitantes, em 1840, tinha 24 bancos em 1842. O Estado de Nova Iorque, com população de 2,5 milhões pessoas, possuía 150 bancos.

Foram também criados bancos na Bahia (1845), no Maranhão (1846), no Pará (1847). Em 1851, foram estabelecidos um banco em Pernambuco e novo Banco do Brasil, criado por Mauá. Sistema bancário com rede nacional de agências só surgiu após a II Guerra Mundial.

No século XIX, o debate entre *os metalistas*, proponentes da moeda metálica e da restrição ao sistema bancário, e *os papelistas*, com a proposta de emitir papel-moeda e liberalizar bancos emissores, revelou os interesses de cada corrente de pensamento econômico. A primeira era defendida por exportadores e importadores desejosos de uma moeda nacional com aceitação internacional. A segunda visava atender às necessidades imediatas dos necessitados de papel-moeda e empréstimos para capital de giro, inclusive com a finalidade de pagamentos dos assalariados substitutos de escravos.

A historiografia clássica brasileira parece colocar em segundo plano esse debate sobre moeda e bancos ao pouco citá-lo. No entanto, o tempo comprovou ser imprescindível uma moeda nacional com o poder de compra não corroído pela inflação.

O contraste atual entre Argentina e Brasil é revelador. Nossa vizinha está com inflação de 104% em 12 meses enquanto aqui está em 4,65%. As reservas cambiais brutas lá são US\$ 36,5 bilhões diante do Brasil com a 7ª maior reserva cambial do mundo em dólares. Somou US\$ 346 bilhões, no dia 26.abr.2023, elevando US\$ 16 bilhões nos 3 primeiros meses do novo governo Lula, após Guedes “queimar” US\$ 60 bilhões.

Uns economistas dizem essa situação ser devida aos juros disparatados, desde 2004, para manter uma inflação inercial em torno de 6% aa. Os títulos de dívida pública como reserva de valor travaram a fuga para o dólar, embora tenham resultado em *estagdesigualdade*: estagnação do fluxo de renda e concentração da riqueza financeira.

Outros economistas ressaltam, na economia brasileira, ao contrário da argentina, onde a reserva de valor é o dólar e a população desconfia dos bancos, haver *fundings*, isto é, fonte de financiamento em moeda nacional. O Brasil alcançou relativa *autonomia financeira*, embora não tenha *autonomia tecnológica*, necessitando fazer uma abertura externa aos investimentos estrangeiros para a retomada do crescimento econômico sustentado em longo prazo.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Conselho Nacional de Geografia, 1963 / 3ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil).

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos Públicos do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2016. 143p.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil dos Bancos*. São Paulo: EDUSP, 2012. 532p.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. 10ª. ed. São Paulo: Globo: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 12ª. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 12ª. ed. Revista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. 19ª. reimpressão. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 / São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, José Ricardo. Os Intérpretes do Brasil: Pensamento Sociopolítico Lastreado no Fluxo de Ideias, Narrativas e Realidades na Busca de uma Identidade Nacional Brasileira. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 1, jan. 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *O Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics, 2010.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar No Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. 2ª. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.

NEUHAUS, Paulo. *História Monetária do Brasil: 1900-45*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.

NOVINSKY, Anita [et al.]. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*. 2ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Distrito Federal: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

WEATHERFORD, Jack. *A História do Dinheiro*. São Paulo: Negócio Editora, 1999.